



IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERNACIONAL EM TEOLOGIA

Fernando de Albuquerque França

**A ESSÊNCIA ESCOLÁSTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: do Ensino Jesuíta
ao Ensino Fundamental Anos Iniciais**

São Gotardo
2023



Fernando de Albuquerque França

A ESSÊNCIA ESCOLÁSTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: do Ensino Jesuíta ao Ensino Fundamental Anos Iniciais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação internacional em Teologia da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Teologia.

Linha de pesquisa: Campo teológico, Cultura, Educação e Sociedade.

Orientadora: Kelly Thaysy Lopes Nascimento

São Gotardo
2023



Catálogo e classificação da publicação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

F814e

França, Fernando de Albuquerque.

A essência escolástica na educação brasileira: do ensino jesuíta ao ensino fundamental anos iniciais [recurso eletrônico] / Antônio Rodrigues Sobrinho Filho. – Dados eletrônicos. – São Gotardo, 2023.
79 f.

Orientação: Profa. Dra. Dr^a. Kelly Thaysy Lopes Nascimento. Dissertação (Mestrado) – ENBER/PPGT.

1. Filosofia Escolástica – educação - Brasil. 2. Escolasticismo – educação brasileira. 3. Escolástica tomista - ensino jesuíta – educação - Brasil. 4. Pensamento escolástico – ensino fundamental contemporâneo – Brasil. I. Nascimento, Kelly Thaysy Lopes. II. Título.

CDU 141.31:37 (81)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Gilvanedja Mendes, CRB 15/810



IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERNACIONAL EM TEOLOGIA

Fernando de Albuquerque França

A ESSÊNCIA ESCOLÁSTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: do Ensino Jesuíta ao
Ensino Fundamental Anos Iniciais

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Kelly Thaysy Lopes Nascimento
(Orientadora/PPGTEO/ENBER)

Danielle Ventura De Lima Pinheiro
(Membro-interno/PPGTEO/ENBER)

Fernanda Lemos
(Membro-externo/PPGCR/UFPB)

Versão final do trabalho que foi aprovado no dia 17/04/2023.

São Gotardo
2023



“O estudo da filosofia não tem por objeto saber o que os homens pensavam e sim qual é a verdade das coisas”.

São Tomás de Aquino



Resumo

A presente pesquisa considera os princípios da Filosofia Escolástica, no qual se analisa as suas fases, como esta se relacionou com as demais escolas de pensamento, bem como seu impacto na formação social do Brasil e como essa se faz notável no Ensino Fundamental anos iniciais por meio de problemáticas abordadas em suas vertentes modernas. A análise é de base qualitativa, em que se dialoga com autores dos campos da filosofia, teologia, antropologia e demais áreas das ciências humanas e sociais sobre como o movimento escolástico, advindo do pensamento de Tomás de Aquino, influenciou tão profundamente a filosofia ocidental, sendo uma forma de aproximar o pensamento aristotélico da fé cristã, em uma prospecção entre fé e razão.

Palavras-chave: Filosofia. Teologia. Escolástica. Tomás de Aquino. Valores.



ABSTRACT

The present research analyzes the principles of Scholastic Philosophy, in which its phases are analyzed, how it was related to other schools of thought, as well as its impact on the social formation of Brazil and how it is notable in Elementary School Anos Iniciais through of problems addressed in their modern aspects. The analysis is qualitative, in which there is a dialogue with authors from the fields of philosophy, theology, anthropology and other areas of the human and social sciences about how the scholastic movement, arising from the thought of Thomas Aquinas, influenced so profoundly in Western philosophy, being a way of bringing Aristotelian thought closer to the Christian faith, in a prospection between faith and reason.

Keywords: Philosophy. Theology. Scholastic. Thomas Aquinas. Values.



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1

Imagem 2

São Tomás de Aquino por Carlo Crivelli (1435-1495)

Suma Teológica



LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
I - ORIGENS HISTÓRICAS DO PENSAMENTO ESCOLÁSTICO.....	15
1.1 TOMÁS DE AQUINO: vida e obra	
1.2 BASES DA ESCOLÁSTICA NA FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO.....	36
II - ESCOLÁSTICA TOMISTA E ESTADO MODERNO	39
2.1 TRAÇOS DA ESCOLÁSTICA NA FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL	57
III - ESCOLÁSTICA TOMISTA NO ENSINO – DA EDUCAÇÃO JESUÍTA AO ENSINO FUNDAMENTAL CONTEMPORÂNEO	63
3.1 MODELO EDUCACIONAL JESUÍTA NO BRASIL.....	63
3.2 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA PÓS-JESUÍTAS	70
3.3 PRINCÍPIOS DA ESCOLÁSTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL CONTEMPORÂNEO.	78
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS	91

INTRODUÇÃO

A racionalidade é um fator fundamental para se analisar fatos sob uma perspectiva filosófica e lógica de compreensão das relações e convicções humanas. Nesse contexto, chama-se atenção para a influência da filosofia grega na formação do pensamento crítico ocidental em que se pauta por valores de racionalidade perante a compreensão dos eventos cotidianos.

Tendo como pressuposto inicial a importância da racionalização perante aos fatos do cotidiano, principalmente quando esses arrolam questões que envolvem o natural e o sagrado, a presente pesquisa tem como indagação central sobre como filosofia e teologia se correlacionaram sob a perspectiva escolástica de Tomás de Aquino, seu papel na formação do Estado Moderno e qual a influência desse movimento na formação do sistema de Ensino Fundamental brasileiro.

Trabalha com a hipótese da proximidade entre esses dois campos de estudo e que se deu sob a égide do binômio fé e razão, no qual se buscou compreender fenômenos de forma mais objetiva, com caráter natural e científico, sem perder a essência da divindade contida nas coisas.

Nesse contexto, enfatiza-se a importância de se pesquisar tais campos da filosofia no contexto que influenciou o pensamento teológico de época, com destaque para a Escolástica de Tomás de Aquino, sendo essa análise filosófica para compreensão de como se deu a formação do pensamento filosófico nos séculos seguintes e como o fator fé se aproximou do contexto racionalista, aspecto que é matéria de estudo em dias atuais.

Busca-se com essa pesquisa elucidar como a Filosofia Escolástica de Tomás de Aquino influenciou o pensamento teológico medieval, evidenciando os fatores filosóficos e teológicos que foram aproximados sob uma perspectiva de Fé e Razão, fatores que até então eram tratados de formas distintas.

Na formulação do referencial teórico que constitui pesquisa elucidam-se as relações da filosofia tomista na formação do pensamento teológico medieval, bem como sua influência nos séculos posteriores, principalmente nas questões relacionadas ao ensino, e para tal análise optou-se pela linha qualitativa de pesquisa, no qual se busca a compreensão de fenômenos sociais por meio de exames de literatura e documentos históricos, como forma de compreender as potenciais variáveis que cercam tal objeto de estudo.

Para Martins,

As chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. (MARTINS, 2004, p.292).

A tipologia da pesquisa adotada foi a pura aplicada, em que o objeto de estudo realiza uma análise sob perspectiva teórica, trazendo como referencial trabalhos de autores do meio acadêmico e pesquisas realizadas sobre o setor, analisando obras de autores do campo da filosofia, teologia e ciências afins, observando-se ainda artigos publicados, bem como documentos históricos.

Sobre a linha da tipologia têm-se traços de duas abordagens; a básica pura, com finalidade da pesquisa direcionada para o academicismo, bem como uso da pesquisa básica estratégica, voltado para potencial análise e posterior uso prático de fatores que forem abordados.

Editora Atena,

A pesquisa básica é do tipo teórica e requer revisão bibliográfica, ou seja, é voltada para o aprofundamento de algum tipo de conhecimento científico, algo que já tenha sido previamente estudado por alguém. [...] Pode ser dividida em pesquisa básica pura, de cunho teórico e voltada exclusivamente para o meio acadêmico, ou pesquisa básica estratégica, cujo foco é produzir um conhecimento útil com valia em estudos práticos. (ATENA, 2019, p.1).

No objetivo da pesquisa optou-se pela linha exploratória, que de acordo com Gil (2000, p.43) “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Já com os procedimentos fez-se o uso da pesquisa bibliográfica em que Vanti (2002) “define a bibliometria como conjunto de métodos de pesquisa utilizados para mapear a estrutura do conhecimento em um campo científico através de uma abordagem quantitativa e estatística de diversos dados bibliográficos”, no qual se traz a análise aprofundada sobre o tema com base em referenciais teóricos e práticos já publicados.

Recorreu-se a obras de BAGGIO (2004), COSTA (2019), GATT (2020), OLIVEIRA (1999), FREITAS (2011), SANTOS (2006), artigos e sites de temáticas filosóficas, teológicas e antropológicas formados por pesquisadores do campo das ciências sociais e humanas para construir o referencial teórico que busca compreender como a escolástica desenvolveu-se com o binômio fé e razão, em que essas foram aproximadas em um contexto medieval, tendo por base a abordagem escolástica de Tomás de Aquino e como essa vertente influencia aspectos atualmente sociais, principalmente nas questões de ensino.

Quanto à organização da pesquisa, esta foi dividida em três capítulos, sendo distribuídos da seguinte forma:

No primeiro capítulo evidenciam-se as aproximações entre filosofia e teologia na Idade Média, no qual se busca o paralelismo entre essas ciências e em quais aspectos essas se aproximam, como se deu o desenvolvimento da Escolástica frente ao pensamento filosófico medieval, em que se observa como essa corrente aproximou o pensamento grego aristotélico do pensamento religioso predominante que regia a formação do *ethos* filosófico do período e ainda como Tomás de Aquino influenciou o pensamento Teológico do Cristianismo Medieval com suas origens nas escolas monásticas cristãs.

No segundo capítulo aborda-se como a vertente escolástica se mostrou presente na formação do pensamento filosófico teológico moderno, sendo uma das bases para a consolidação da dialética. Observa-se ainda como essa corrente deixou marcas na formação do continente americano desde a colonização.

Por fim, analisam-se quais traços da escolástica influenciaram o ensino brasileiro, desde a colonização e a vinda dos padres jesuítas para catequizar os nativos, perpassando pelas correntes educacionais posteriores até chegar ao atual modelo de ensino que temos atualmente, enfatizando a fase inicial do Ensino Fundamental em que se trabalham problemáticas pós-modernas nas relações de valores e formação social.

Diante da relevância da perspectiva escolástica de se abordar as relações humanas, emerge a necessidade de se buscar, sob a compreensão da lógica, que constituem a vida e qual sua relação com a natureza e fé, e ao se analisar um contexto histórico deparamo-nos com o pensamento escolástico de Tomás de Aquino que no medievo abordou essas relações de filosofia e teologia em uma perspectiva.

Para Josaphat,

Aprofundando e aprimorando o que se tornará uma doutrina clássica no mundo ocidental, Tomás retoma a tradição dos Santos Padres da Igreja e tenta homologar uma posição, à primeira vista, ingênua, mas que merece uma reflexão e uma elaboração quase sofisticada desde Aristóteles: o ser humano é jogado neste mundo como um aprendiz em tudo e por tudo. E a aprendizagem supõe e exige a fé como primeira atitude que abre todas as portas do saber, na medida em que a confiança em quem fala vai despertando o discernimento em quem escuta. Essa compreensão da transcendência do ser humano, que implica a vocação à fé como condição do finito, realidade limitada, mas portadora de potencialidade infinita, correspondia em termos bíblicos à relação plenamente aceita da criatura ao Criador. Mas, trata-se da criatura criada criativa e mesmo criadora de si pela livre marcha em tendência ao Bem absoluto. Essa é a vocação ética do ser humano, definida no Prólogo da II Parte da *Suma Teológica* de Santo Tomás. (JOSAPHAT, 2013, p.3).

Por meio da abordagem de Tomás de Aquino, no contexto da Escolástica, tem-se a oportunidade de analisar as variáveis que envolvem fé e razão em busca do equilíbrio entre essas formas de compreensão dos fenômenos que compõe o cotidiano, em uma perspectiva tanto filosófica quanto teológica.

Para Josaphat,

O confronto da Fé e da Razão passou por etapas de crise e conflito em razão de posições parciais ou de definições inexatas dos temas, o que dividia os antagonistas. A análise histórica das fontes religiosas e das doutrinas filosóficas leva à atitude serena e objetiva de compreensão das diferenças. (JOSAPHAT, 2013, p.4).

A partir dos preceitos delineados pela linha teológico/filosófico escolástico criou-se bases para a aproximação do mundo greco-romano com a realidade da Idade Média, no qual se prevaleciam preceitos religiosos como fonte primária de aprendizado, estendendo seu alcance no movimento renascentista, que foi o precursor na formação do Estado Moderno.

Já na formação do Estado moderno brasileiro é notável traços do pensamento escolástico, principalmente no aspecto de ensino, com a Ordem Jesuíta, que foram os principais educadores nos primeiros séculos de colonização, deixando marcas na cultura escolar, perceptíveis atualmente principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental no trabalho com valores.

CAPÍTULO I

ORIGENS HISTÓRICAS E DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ESCOLÁSTICO

Como forma de explicar as relações humanas e fenômenos sociais, inicialmente os grupos humanos recorreram-se aos mitos como forma de explicação dos fenômenos naturais e ainda a atuação mitológica em uma realidade sobrenatural. Com o passar dos anos e o desenvolvimento do pensamento lógico criou-se as bases da filosofia, em que os fenômenos passaram a ser observados sob a perspectiva da indagação. O berço da filosofia ocidental se deu na Grécia e teve influência de demais povos com o passar dos séculos.

Para Baggio,

Foi na Grécia, sobretudo no século V antes de Jesus de Nazaré, que aconteceu a maior explosão do gênio da humanidade. Notáveis cogitadores sobre a existência e a condição do homem, amantes do conhecimento, tornaram-se amigos da sabedoria: filósofos. Procuraram responder com lucidez e inteligência àquelas perguntas básicas que os homens sempre se fizeram. Com uma metodologia lógico-racional foram capazes de fincar, solidamente, respostas que permaneceram válidas ao longo dos séculos até nossos dias. O pensamento mostrou-se precisa ferramenta de acesso ao âmago da verdade contida nas coisas. (BAGGIO, 2004, p.79).

No contexto filosófico predominante no mundo greco-romano considerava diversas perspectivas ligadas à lógica existencial da vida humana, com várias correntes filosóficas buscando clarear a compreensão das relações humanas e sua função social. Desses destaca-se a figura de Aristóteles, um dos estudiosos que mais influenciou o pensamento filosófico do mundo ocidental, tinha seus trabalhos voltados para um princípio filosófico/teológico dialético.

Para Gatt,

O período que compreende a Idade Média Central (sécs. XI-XIII) foi marcado por profundas mudanças no interior do pensamento filosófico. A filosofia abarcou vários métodos ao longo dos séculos, métodos expositivos ou argumentativos, em que cada um em seu modo contribuiu para a formação do método filosófico medieval. Com os pré-socráticos temos a defesa e busca pela razão das coisas.

Na Atenas do século V a.C., encontramos a maiêutica, método que influenciará e propiciará o diálogo nas formas de governo e no meio social. Nesse contexto democrático do período ateniense a verdade não se fecha em si, pelo contrário, está sempre aberta aos diálogos que possam surgir das demais opiniões. Em Aristóteles, do mesmo modo, percebemos em seus diálogos que as opiniões são comparadas e discutidas, assim como na Roma Antiga, em que a filosofia tem sua linguagem mais acessível ao

dividir os saberes no número (*Quadrivium*) e na palavra (*Trivium*). (GATT, 2020, p.424)

Com a queda do Império Romano do Ocidente em 476 (d.C) houve uma tendência transformista de se abordar diversos aspectos científicos. No campo filosófico tendeu-se a considerar variáveis ligadas à religiosidade cristã na compreensão da fenomenologia social, e com tal aspecto houve divergências em princípios da filosofia Greco-Romana, que se pautava mais pela lógica racional.

Para Martins, (2020) “A cultura geral helênica, particularmente sua filosofia, estava embebida de arquétipos que, em muitos dos seus aspectos, podiam ser facilmente identificados como embriões precursores do cristianismo”.

Ainda em Martins,

Por isso, o encontro das duas sabedorias na confluência historial do Cristianismo com o Platonismo sob as bênçãos de Agostinho e dos padres da Igreja. Porém, a assimilação de Aristóteles se deu em meio a intrigas dialéticas que apontavam afinidades bizarras em vários níveis de perplexidade e em que as sutilezas adquiriam magnificência e se tornavam combustível para confrontos impetuosos. Mínimas inferências eram capazes de estragos profundos, com potencial para implodir o sistema coerentemente organizado da doutrina cristã, fazendo surgir as primeiras tentativas de harmonização e de assimilação entre as duas sofias, já que ambas eram uma única expressão antrópica da emanção da luz de Deus. (MARTINS, 2020, p.2)

Com o advento do período histórico denominado Idade Média (476 d.C.-1453 d.C), iniciado com o fim do Império Romano do ocidente, já supracitado, deparamo-nos com a tendência da explicação dos fenômenos que regem a vida humana por meio da fé, mais especificamente do Cristianismo, sendo essa corrente religiosa de maior influência na parte ocidental do planeta. Nessa realidade criava-se um distanciamento de determinados aspectos filosóficos greco-romanos, pois se prezava pela justificativa divina dos fatos.

O autor Jacques Le Goff (1990) cita esse período de influência religiosa na ordem como uma “regressão” e para justificar tal afirmação delimita eventos ocorridos nesse contexto histórico que impactaram altamente a vida dos cidadãos europeus, tais como invasões bárbaras, destruíram vidas humanas, monumentos e equipamentos econômicos, e ainda nesse período tiveram pandemias arrasadoras, como a peste bubônica que matou milhões, chegando a dizimar quase a terça parte da população europeia da época.

Em cenário de reconstrução social, tinha-se a Igreja como uma herança do período romano que passa a agir em busca de uma ordem social baseada em preceitos religiosos, num envolvimento de religiosidade e política, atuando em diversos segmentos, até mesmo militares, como forma de criar um sistema de proteção contra os povos bárbaros que ameaçavam invadir territórios.

Outra frente de atuação da Igreja como forma de se instaurar como poder predominante se dava por meio de aprendizagem vinculado ao clericalismo, como forma de expandir os costumes religiosos, que somados com a disciplina penitencial atendiam a princípio da lei canônica, que começava a ser mais bem estruturada por meio dos concílios e sínodos, que foram realizados com maior frequência a partir do século VI.

Para Costa,

A transformação do mundo antigo no medieval merece sempre uma explicação, mesmo que sucinta como a nossa. E de todos os autores cristãos desse período de transição que já foi chamado de Antiguidade tardia, aquele que estabeleceu os fundamentos da retórica cristã (aproveitando-se de seus conhecimentos clássicos, especialmente de Cícero) foi Santo Agostinho (354-430). Ele se valeu da retórica em várias passagens de sua monumental obra *A cidade de Deus* (c. 412-426), quando explicou e interpretou textos (especialmente a Bíblia). (COSTA, 2019, p.356).

Nos primeiros séculos da Idade Média prevaleceu o princípio filosófico denominado Patrística, uma corrente filosófica enraizada na doutrina cristã, tendo como fonte de verdade e fé os ensinamentos bíblicos interpretados sob a luz do catolicismo.

A Igreja aos poucos foi se consolidando como instituição social e detentora do ordenamento que regia a vida dos cidadãos no período medieval, e como forma de expandir a doutrinação logo adentrou na cultura dos colégios e universidades de época, inserindo ideais cristãos católicos dentro do contexto de aprendizagem.

O ensino no período medieval era voltado para as classes dominantes, que detinham algum tipo de nobreza ou vínculo religioso. Com isso, havia locais privilegiados para regerem os processos escolares, sendo esses episcopais (junto às catedrais), abaciais (nas abadias) ou palatinas (nos palácios), ambos locais vinculados à religiosidade ou à nobreza.

Nesse contexto, evidenciou-se um documento denominado *A Regra*, de São Bento, que demandavam a condição de cenobitas no mosteiro de Montecassino, sendo elaborado em meados do Século VI.

A regra de São Bento tinha como pilar a obediência como ferramenta de conversão a Deus, colocando ainda a figura de Cristo como guia cujo amor maior deve estar acima de todas as coisas. Cita-se ainda o cultivo à humildade como um instrumento para se confirmar a vontade de Deus.

Sobre o modo de agir dos monges beneditinos, vale destacar que esses trabalhavam em uma perspectiva equilibrada entre oração e trabalho, sendo que a maioria dos trabalhos eram manuais e artesanais, numa prospecção de simplicidade. Além das orações trabalhava-se também o lado intelectual, no qual se dedicavam a leituras e estudo de obras de outros patronos da Igreja, tais como Basílio, Pacômio, Agostinho, Cassiano e outros.

Se estendendo para além dos muros dos mosteiros beneditinos, deparamo-nos com uma sociedade medieval em que também prevalecia a obediência a dogmas religiosos, em um sistema de hierarquização no qual pequenos grupos, em sua maioria clérigos, ditavam para a grande maioria do povo, sendo esses tratados por leigos. Nessa prospecção nota-se a sociedade piramidal, tendo os preceitos religiosos como fator predominante para tomada de decisões, no qual se mistura poder político e religioso em um mesmo contexto, de modo que os que compunham tais classes se mostravam com alto grau de influência sobre os demais.

Essa predominância do poder da Igreja se dá em decorrência dessa instituição aos poucos ter ocupado o espaço que anteriormente fora de regência do Estado Romano e diante de tal contexto estendeu-se os preceitos adotados em mosteiros e demais instituições sociais para a vida social de época entre os séculos V e XI.

De acordo com Zincone,

A comunidade cenobítica no ideal de São Bento se fundamenta na autoridade do abade. Com efeito, os monges se submetem a ele, vinculados pelo voto de estabilidade no próprio convento. Na espiritualidade beneditina são essenciais: a celebração, o ofício divino e a síntese equilibrada entre oração e trabalho, sobretudo o manual e também intelectual, centrado na leitura dos textos sagrados e depois em Basílio, Pacômio, Agostinho, Cassiano, etc. (ZINCONI, 2002, p.228)

Cita-se ainda o cultivo à humildade como um instrumento para se confirmar a vontade de Deus. Sob essa regra outro fato a ser observado é a questão da hierarquização e modo de agir dos monges de São Bento, no qual a figura do abade é o líder do grupo em questão, sendo esse eleito pelo voto dos internos no convento.

Sobre aspectos da Patrística, Sousa e Silva cita,

A Patrística, gênese da literatura cristã, representa a expressão da fé dos denominados Santos Padres da Igreja, teólogos de excepcional saber e de reconhecida santidade. Construtores da teologia católica e mestres da doutrina cristã, floresceram entre os séculos II e VIII.

Melchior Cano assim os caracteriza:

1. Ortodoxia doutrinária;
2. Santidade de vida;
3. Reconhecimento, ao menos indireto, por parte da Igreja;
4. Antiguidade.

Alguns autores restringem a Patrística até a época do Concílio de Calcedônia (451), enquanto a maioria a prolonga até os séculos VII e VIII. Costuma-se, portanto distinguir.

Patrística três períodos:

1. Do século II ao Concílio de Nicéia (325);
2. Daí, fase do apogeu, até o Concílio de Calcedônia (451);
3. Período de transição para a Escolástica. Séculos VII e VIII.

Vencido o paganismo (Edito de Constantino, 313), a Igreja concentra a sua atividade nas próprias doutrinas. As heresias surgidas então, como o Arianismo, o Maniqueísmo, o Pelagianismo, o Ponatismo, o Nestorianismo e outras, ensejaram o despontar dos apologistas da fé no campo filosófico quanto no teológico. (SOUSA e SILVA, 1988, p.201)

Seguindo o postulado por Sousa e Silva, (1988), cita-se “Santo Agostinho (354-430), natural de Tagaste na Numídia (hoje Argélia). Foi o filósofo de maior envergadura da Patrística e um dos pensadores mais profundos do Cristianismo”.

Agostinho em sua obra aproximava o pensamento cristão de princípios do platonismo e do neoplatonismo, num princípio metafísico, sendo o referencial filosófico nesse período de transição da Antiguidade ao Medievo.

Tal modelo educacional prevaleceu nos primeiros séculos como dominante na Alta Idade Média entre os séculos VIII e XII, em que se valorizava o estudo aprofundado na gramática, intercalando essa prática com as demais disciplinas e doutrinas a serem abordadas, tais como os textos patrísticos e sagrados, que versavam sobre questões de simbolismo e espiritualidade.

Em meados do século XII a Europa passou por transformações sociais que impactaram na ordem predominante que era regida pela igreja, fatores como as Cruzadas, a monarquia papal, também se ampliavam as relações políticas e

econômicas, a realeza se fortalecia e a burguesia começava a se organizar, e com isso passou-se a questionar vários aspectos doutrinários.

Um dos precursores dessa revolução se deu com a expansão do ensino, não sendo esse mais tão restrito a clérigos e nobres. Diante desses avanços muitas das obras do período Greco-Romano, tais como as de Aristóteles, se popularizaram e passou a se questionar aspectos que envolviam inúmeros fatores das relações entre religiosidade e sociedade.

Desse confronto entre obras clássicas e textos patrísticos somado ao método de leitura adotado por escolas e mosteiros vinculados à Igreja culminou na efetivação do princípio escolástico, no qual se prezava pelo saber filosófico pregado pelos gregos e romanos, sem anular as questões de espiritualidade pregada pela Igreja, mas estreitando relações entre essas.

A Escolástica, assim como a Patrística, tinha suas raízes na Cristandade, porém buscava um diálogo mais profundo com obras do mundo antigo, especialmente Greco-Romanas, como as de Aristóteles. Para Barros “Em muito a filosofia da Escolástica contribuiu à Idade Média central. Por esse método de ensino surgiram novas compreensões das relações sociais, da economia, da política e da cultura material” (2012, p. 231).

De acordo com Gatt,

A Escolástica foi um movimento filosófico em seu saber completo, sendo as Summas sua forma mais perfeita, em que tudo se explicava a partir de princípios firmes. Essas obras foram um tipo de gênero adotado por essa filosofia, em que percebemos que o diálogo não fecha a continuidade do pensamento; pelo contrário, ele inclui outras opiniões e não se contradiz em suas definições. São obras em que os textos foram cuidadosamente subdivididos. (GATT, 2020, p.429)

Tinha-se na Escolástica como um *Modus Operandi* do sistema de ensino, mas propriamente nas Universidades, no qual se observava as diretrizes ditadas pela Igreja como sendo as ideais para o desenvolvimento da sociedade de época, mas também com presença do pensamento da antiguidade clássica.

Para Gatt,

No século XIII verificamos a cisão entre o poder da Igreja e o poder da realeza, sendo que o poder do príncipe laico se tornou preponderante na sociedade. A partir de então esses dois poderes lutaram pelo governo do social e buscaram novas formas de descrição das coisas do mundo, encontrando nas Universidades a base para a sustentação de suas respectivas explicações acerca dos elementos divinos e terrestres. Os

mestres escolásticos se dividiram entre o apoio dos dois poderes, pois as Universidades desempenharam um papel crucial no desenvolvimento da sociedade do século XIII, tornando-se o centro das atenções de autoridades laicas ou clericais. Nesse sentido, a consolidação da vida urbana e o renascimento do comércio, juntamente com as corporações de ofício, trouxeram uma efervescência de discussões, já que a fé não podia explicar tudo. (GATT, 2020, p.420)

A Escolástica emergiu como um caminho para aproximação mais efetiva entre os ensinamentos cristãos católicos e os preceitos filosóficos que foram desenvolvidos no mundo grego, com enfoque na harmonização entre tais linhas de pensamento. Buscava-se um caminho para abordagem racionalista dos fatos, em que se observava o ponto de intercessão sobre a fenomenologia em questão, no qual se alinhava preceitos religiosos com filosóficos como forma de compreensão.

Para Culleton,

Ao nos referirmos à Escolástica, estamos nos referindo ao método de ensino teológico e filosófico desenvolvido nos primórdios da universidade durante a Idade Média, entre os séculos IX e XVII. No método escolástico debatiam-se questões e opiniões, fundamentando-as com a razão. Os escolásticos procuravam conciliar os sagrados ensinamentos da doutrina cristã com o platonismo e o aristotelismo. Esse termo não significa exclusivamente filosofia medieval nem religiosa. É um método de produção de conhecimento fundado na disputa, no confronto de perspectivas visando respostas sustentadas na razão. (CULLETON, 2010, p.6)

Tendo suas origens oriundas de ordem eclesiásticas, a Escolástica veio como uma corrente que prezava pelo método retórico/dialético como forma de convencimento por meio da palavra, e tal fato serviam para expandir a Cristandade em paralelo ao combate a demais linhas religiosas, consideradas pagãs e hereges.

Para Assunção,

Quanto aos atores sociais que deste universo intelectual emergem, a Escolástica era não simplesmente produto da cultura eclesiástica, mas abria-se mais especialmente à confluência de duas novas correntes religiosas que surgiam no século XII sob o rótulo de “ordens mendicantes”: os franciscanos e os dominicanos. De seus quadros sairão os mestres da Escolástica. Para seus próprios fins, como pregadores que precisam da lógica e da retórica para desenvolver uma eficaz capacidade de convencer através da pregação, os Dominicanos utilizarão a Escolástica como base essencial de formação. Desde o princípio, eles são encarregados de combater a heresia, e será uma de suas principais funções a pregação com vistas a recompor um quadro de fiéis que se vê abalada desde o século XII por novas e por vezes ameaçadoras formas de religiosidade. (ASSUNÇÃO, 2012, p.233)

Pelo princípio da abordagem dialética dos fatos os mestres escolásticos aproximavam do seu público de forma mais abrangente, com um horizonte

expandido da compreensão dos fatos, prezando pela explicação bíblica dos fenômenos, e observando o aspecto racional e natural desses no contexto social que se fazem presentes no contexto de época.

A Escolástica aproxima princípios de fé e razão por meio da dialética, sendo uma disciplina que divide os temas em partes para melhor argumentação e compressão dos aspectos de cada uma, fato esse que foi incorporado nos ensinamentos das universidades medievais. Por meio da dialética o que se busca é melhor detalhamento do conteúdo por meio da reflexão, compreensão e transmissão.

Para Teixeira,

O método de ensino dialético utilizado por Abelardo no século XII foi também usado no século XIII com Santo Tomás de Aquino, cujo método ficou conhecido como Escolástica. Este método de ensino teve seu apogeu no século XIII, estimulando a criação das Universidades da Europa como as de Paris, por exemplo. Neste período a filosofia escolástica auxiliou na forma de pensar do sujeito (com outras ciências e não apenas o religioso) para a construção do conhecimento, como visto nas escolas monacais no Ocidente. (TEIXEIRA, 2016, p.42)

As raízes da dialética se dão nas obras de Platão, e no contexto da Escolástica serviu como norteadora para as demandas de relações de ensino principalmente na criação de novas universidades, na qual o público não se restringia a membros do clérigo e da nobreza, aos poucos se abria para demais classes sociais.

Quando se considera o modelo dialético da escolástica diante do contexto de época, o que se tinha era uma prática que buscava fundamentar filosoficamente questões de fé, explicando tais pontos sob a ótica racional, se valendo de argumentos lógicos e racionalistas presentes na filosofia Greco-Romana.

Para Gomes,

Do ponto de vista cultural e pedagógico, autores como Josef Pieper estabelecem como marco inicial da Idade Média o ano de 529, marcado por dois fatos emblemáticos: o imperador Justiniano (do Império Romano do Oriente) fechou a academia de Atenas: já não havia lugar para a cultura pagã. São Bento fundou o mosteiro de Monte Cassino, em que, não por acaso, os primeiros séculos medievais são, na História da Educação, chamados de “Idade Beneditina”, pois os mosteiros beneditinos foram o refúgio onde se alojou e se conservou o pouco conhecimento que restou do fim da Antiguidade graças, segundo esse autor, a educadores como Boécio e Cassiodoro. (GOMES, 2020, p.1)

Observando o aspecto educacional que as correntes filosóficas da Idade Média propiciaram, denota-se nesse uma tendência da consolidação dos ensinamentos cristãos, em que inicialmente com a Patrística se direcionou a função de mestres a líderes religiosos e a instituição Escola a espaços religiosos, tais como mosteiros, abadias, conventos e outros como forma de manter o ensino dentro de ideais ditados pela Igreja, bem como validados pela nobreza.

Para Oliveira,

No início do século XIII, o papa e os príncipes encaravam essas instituições como importantes pontos de apoio político e cultural. Em função disso, editaram leis e bulas com o objetivo de instituí-las, protegê-las e nelas intervir, tanto no ensino como nas relações entre estudantes e mestres e entre estes e a comunidade. (OLIVEIRA, 2007, p.120)

Na Escolástica o ponto principal estava no reavivamento do pensamento aristotélico que influenciou no contexto das universidades, em que se utilizava métodos característicos na organização do currículo, bem como na aproximação de filosofia cristã com ensinamentos da antiguidade, num prospecto de aproximação fé e razão.

Para Oliveira,

Se as disputas políticas estimularam e asseguraram, pelas mais diversas razões, a existência das universidades, a introdução e a difusão nelas das obras de Aristóteles, no século XIII, foram igualmente importantes. Desde o século anterior, com as escolas parisienses, com as Cruzadas e com as traduções árabes, verifica-se uma crescente e constante influência do filósofo no Ocidente. Entretanto, foi somente a partir do século XIII que suas principais obras foram traduzidas e se tornaram objetos de estudo e ponto de referência nas investigações da natureza e da sociedade. (OLIVEIRA, 2007, p.121)

Com a filosofia Escolástica se fazendo presente na efetivação do ensino universitário de época, percebe-se a tendência reformista no que fora difundido pela Patrística, dos princípios da Cristandade como pilar central da vida humana, agora já se alinhava tais princípios com a retórica e dialética do aristotelismo. Para Vila Nova “A forma de ensino universitário consistia na técnica da leitura e compreensão dos textos a partir de minuciosa análise formal, tendo como método a dialética lógica aristotélica¹, que conduzirão enunciado da verdade e suas aplicações” (VILANOVA,

¹ A lógica aristotélica é baseada no silogismo, um sistema argumentativo baseado em proposições que levam a uma conclusão. Nesse caso, a lógica aristotélica não se preocupa em validar as proposições ou a conclusão, mas observar como as premissas foram concluídas.

1987, p. 680). Nesse contexto de escolarização no período medieval, tem-se uma figura importante, que foi o monge beneditino de York chamado Alcuíno, um dos estruturadores do ensino no império carolíngio a pedido de Carlos Magno, sendo um ponto de referência para o sistema educativo no período.

Outro aspecto a ser observado sobre a relação da Escolástica com o sistema de ensino universitário se dá na organização do currículo pedagógico baseado em preceitos religiosos em que se fez uma divisão no ensino denominada *Trivium* (Gramática, Lógica ou Dialética e Retórica) e o *Quadrivium* (Geometria, Aritmética, Astronomia e Música), tal divisão das disciplinas foi organizada pelo monge Alcuíno, que tinha inspiração na obra do cartaginês do século V, Martianus Capella, em que esse citava as sete artes liberais, apresentadas no poema *As Bodas de Mercúrio e da Filologia*, sendo que essa estruturação se tornou um dos pilares da educação no período da Alta Idade Média até final do século XII, tendo a gramática como disciplina central do processo, em que se chegariam às demais por meio do trabalho com essa, que de acordo com a Fundação Itaú Cultural “Conceito aplicado às disciplinas chamadas *trivium* - gramática, retórica e lógica - e *quadrivium* - aritmética, geometria, música e astronomia - introduzido por Marciano Capella, no século V, com a publicação de sua famosa obra *De nuptiis Mercurii et Philologiae*. (ITAÚ CULTURAL, 2015)

Com tal organização de disciplinas facilitava a abordagem de princípios tanto cristãos quanto da filosofia clássica sob cada ciência e ao mesmo tempo apresentar como essas se complementavam na formação necessária para se construir o saber essencial para a vida em sociedade, cada uma provinda de uma origem, mas que se completavam em determinados pontos.

Destaca-se que tal abordagem escolástica sob a vida no medievo, especificamente no contexto de ensino teve fases, em que distintos pensadores postularam aspectos sob a concepção pedagógico-social para que observasse além

O silogismo é composto por três proposições: premissa maior, menor e a conclusão. Para entender melhor como o sistema funciona, vamos ver no exemplo a seguir:

Todos os homens são mortais.

Sócrates é homem,

Logo,

Sócrates é mortal.

Todos os homens são mortais – premissa universal afirmativa, a proposição inclui todos os seres humanos.

Sócrates é homem – premissa particular afirmativa, referindo-se apenas a Sócrates.

Sócrates é mortal – conclusão, premissa particular afirmativa. (SANTANA, 2020)

dos preceitos cristãos na concepção do saber, observando primariamente o saber herdado do Império Romano, principalmente dos filósofos desse período e ainda considerando saberes trazidos de contatos com outros povos, tais como judaicos e árabes, que contribuíram largamente para as ciências exatas.

Sob a divisão dos períodos da Escolástica observa-se o citado por Almeida (2018), que assinala três momentos dessa filosofia.

A Primeira Escolástica é habitualmente considerada como aquele período que abrange os séculos IX–XII, caracterizados, do ponto de vista intelectual, pela Renascença Carolíngia, pelos debates acalorados entre dialéticos e antidialéticos, pelas filosofias judaica e greco-árabe, assim como pela “controvérsia dos universais”. Dentre os centros culturais deste período, sobressaem a Escola de Chartres e a Escola de São Vítor, situada à margem esquerda do rio Sena, em Paris. Notáveis também são as figuras de João Escoto Erígena, Anselmo de Aosta, Avicena, Averróis, Avicébron, Moisés Maimônides, Pedro Abelardo, João de Salisbury e Pedro Lombardo. Convém também ressaltar que os pródromos deste movimento, ou destas correntes, remontam até os séculos V–VII e, mais precisamente, ao pensamento e à produção intelectual de Boécio, Marciano Capella, Agostinho de Hipona, Dionísio Areopagita e Isidoro de Sevilha. (ALMEIDA, 2018, p.265)

O primeiro período da Escolástica é que compreende o embate com os preceitos da Patrística, pois abria maior espaço para considerar aspectos das obras de Aristóteles, mais especificamente no princípio da dialética, incorporando-se ainda traços das culturas de outros povos como judeus e árabes. Com isso, o conservadorismo predominante na Patrística se via em risco com tal aceite de outras fontes de análise de fenômenos.

Com a expansão da Escolástica no contexto do medievo, a partir do século XIII tem-se o que Almeida (2018) denomina “Alta Escolástica”, que seria a segunda fase e apogeu dessa filosofia, tendo um dos seus maiores representantes Tomás de Aquino, que estruturou primordialmente preceitos para efetivação do ensino sob a perspectiva dialética por meio de sumas, documentos que abordavam questões de fé e razão, fé e ciência, ciência e revelação.

De acordo com Almeida,

O segundo período da Escolástica compreende o século XIII, chamado também de Alta Escolástica, em que predominam as tentativas de síntese do saber filosófico-teológico expressas nas Sumas: Sumas Teológicas, Filosóficas, Lógicas, etc. É também o período da fundação das Universidades e dos debates entre fé e razão, fé e ciência, ciência e revelação. Neste universo, destacam-se os pensamentos de Roberto Grosseteste, Rogério Bacon, Alberto Magno, Tomás de Aquino, Boaventura de Bagnoregio, Siger de Brabante, Henrique de Gand, Egídio Romano e Alexandre de Hales. (ALMEIDA, 2018, p.265)

Foi na Alta Escolástica que houve a expansão dessa filosofia, isso devido a sua efetivação no contexto das universidades. Via-se em tais instituições um caminho para consolidação e propagação de tendências e por meio de sumas teológicas instituíam-se parâmetros de como deveria ser o caminhar do ensino numa perspectiva curricular.

Imagem 1 – Tomás de Aquino



São Tomás de Aquino por Carlo Crivelli (1435-1495)

Nesse período também se tem a atuação de Tomás de Aquino, que difundiu largamente na filosofia ocidental os princípios da Escolástica, que tinha como linha de trabalho a análise do cotidiano sob a perspectiva fé e razão, aproximando esses dois princípios como algo essencial para a compreensão da natureza e de sua essência divina, inter-relacionando cristandade e aristotelismo.

1.1. TOMAS DE AQUINO: vida e obra

Com os trabalhos de Aquino criaram-se bases sólidas no âmbito na cristandade para se considerar que as obras do mundo antigo tinham valor notável para o campo científico, que em diversos aspectos elas não se contrapunham ao

ensinamentos bíblicos, mas sim explicavam fenômenos sob o ponto de vista racional, o que, na verdade, daria mais veracidade na presença divina no cotidiano.

Santos (2017), aponta que “A obra de Tomás de Aquino é simultaneamente uma sofisticada síntese da cultura ocidental e a colocação de questões e proposições (Deus, a dignidade do ser humano, o Estado, o papel da Igreja e muito mais) que irão iluminar e influenciar a Renascença e a Modernidade”.

De acordo com Santos,

Apesar de tamanha importância, a obra tomista só pode ser totalmente compreendida e devidamente interpretada se for colocada dentro do seu respectivo contexto histórico. E este contexto é a Idade Média e o século XIII. Apenas um mergulho – sem os preconceitos contemporâneos em torno da cultura medieval – na Idade Média e no século XIII poderá guiar um estudioso do medievalismo, de alguma corrente do tomismo e da Escolástica ou do pensamento contemporâneo a uma compreensão mais justa, mais específica e mais próxima das ideias desenvolvidas por Tomás de Aquino. (SANTOS, 2017, p.125).

Ao aproximar-se do aristotelismo, Tomás de Aquino considera diversos aspectos do modo de relação humana, considerando fatores como a dialética como algo necessário à vida humana nas suas relações sociais, na estrutura do Estado. Considerava-se ainda o idealismo da cristandade propostos por Santo Agostinho, em que se devem considerar as relações humanas e sociais como uma fase temporal na existência, dentro de um contexto da morada eterna.

Para Martins,

Entre tantos outros leitores de Aristóteles, Tomás se destacou pelo trabalho de aceitação das suas doutrinas, reelaborando-as e reconstruindo-as, ao mesmo tempo em que as adaptou à luz da fé cristã, sem, contudo, pervertê-las ou desvirtuá-las do sentido da razão. Sua genialidade não se voltou para a inovação nas ideias políticas, ainda assim ergueu catedrais teóricas ao incorporar ao idealismo agostiniano o empirismo aristotélico, que colocava o Estado na perspectiva da felicidade temporal do homem, embora ordenado à vida eterna, na perspectiva da Cidade de Deus imaginada por Agostinho. (MARTINS, 2020, p.29)

Segundo Oliveira (2005), a filosofia própria da Idade Média teve início com Boécio entre os séculos V e VI e alcançou o auge no século XIII com Santo Tomás. Não foi somente uma forma de pensar exclusivamente dos intelectuais da Universidade, mas a maneira peculiar dos medievais conceberem sua existência mentalmente.

Embasado nos princípios aristotélicos, Tomás de Aquino promoveu um repensar no modo de encarar os fenômenos naturais e as relações humanas, sem se separar dos princípios da cristandade, mas considerando aspectos gerais como necessários ao desenvolvimento pessoal. Evidencia-se a felicidade como uma meta de vida a ser alcançada, em que por meio de realização continua de ações promissoras e com égide de justiça se alcança a princípios de virtudes, e tal fato também é notável nos preceitos religiosos, em que se deve sempre buscar a justiça e o bem ao sua próximo como forma de cumprir os mandamentos da lei divina.

De acordo com Gatt,

Na filosofia de Aquino vemos o alinhamento do racional de Aristóteles com o que é revelado por Deus por meio da fé. O uso da base aristotélica garantiu o teor ético e lógico para o método escolástico, visto que os escritos do filósofo grego, como *Ética a Nicômaco* (349 A.C), estavam destinados ao Bem Supremo, que é e sempre será a felicidade. Nessa obra Aristóteles sai em defesa de que a prática de ações corretas e justas tornam os homens virtuosos. (GATT, 2020, p.429)

Dessa forma, a retidão nos atos era algo primordial, tanto na concepção da filosofia clássica quanto na doutrina cristã, em que cada uma a sua maneira demonstrava as vantagens de buscar ser justo para com seu próximo, seja para o desenvolvimento humano e social na questão racional, seja para cumprir os preceitos religiosos que pregam o senso de justiça como forma de promoção do corpo e da alma.

Para Cavalcante e Oliveira,

Para o Mestre de Aquino, os homens, por sua natureza social, estariam obrigados a agirem bem, a serem agradáveis com os outros homens, mas também, se necessário, a manifestarem-se contra o outro, se esse outro não agisse adequadamente. Em outras palavras, cada homem seria responsável por si, pelo outro e, desse modo, por toda a sociedade. (CAVALCANTE e OLIVEIRA, 2012, p.245)

Na concepção da Escolástica trabalhada por Aquino se tem uma compreensão de mundo em que as coisas têm um caráter dualista, de fé e razão, sendo essa proximidade o ponto chave da filosofia em questão, no qual a razão estaria no lado natural dos fatos, no cotidiano, nas ocorrências de causa e consequência contínuas e a fé estaria na forma de encarar tais fatos observando os preceitos da Sagrada Escritura sob a presença da natureza divina onipresente.

Para Gilson,

Para entender a filosofia tomista é necessário que se tenha em mente e que se aceite um duo de condições. Ou seja, a distinção entre fé e razão e a possibilidade concreta de sua concordância. Ao campo da razão reserva-se o domínio da filosofia, ao que é acessível de maneira natural e que pode ser demonstrável por seus próprios recursos. Ao campo da fé, reserva-se a revelação, a superioridade de Deus através das Sagradas Escrituras (GILSON, 1998, p. 480)

Com a proximidade entre o saber clássico provindo do mundo greco-romano, principalmente o de Aristóteles, Aquino promoveu uma canalização de dois campos até então distanciados pelos preceitos religiosos que viam em muitos dos ensinamentos da antiguidade clássica como risco à fé, pois trabalhavam com fenômenos sob a perspectiva natural e lógica, se distanciando em determinados momentos da natureza divina contida na vida humana.

Graças a essa proximidade entre as abordagens de mundos de forma distinta, promoveu-se uma amplitude na questão de desenvolvimento das ciências em tal período. Tomás de Aquino, ao expandir o pensamento escolástico no contexto da Idade Média, institui bases para aquisição da ciência não como contraditória à natureza divina, mas como pertencente a essa, sendo uma forma humana de explicar a lógica existencial.

Para Santos,

Tomás articula os verbos *invenire* (inventar, encontrar, descobrir) e *addiscere* (aprender, saber). Ambos os verbos são entendidos no contexto que aborda a aquisição da ciência, esta que é adquirida ou pela invenção, isto é, a autoeducação, ou pelo aprendizado, um processo que torna o aprendiz dependente de outrem, este que já percorreu o mesmo processo. A invenção é o modo central de aquisição da ciência. Ela consiste na posse dos princípios gerais, seja de determinada disciplina científica, uma ciência específica, seja de uma matriz científica, uma ciência genérica. Ora, de posse dos princípios, é possível mediante eles, conhecer as conclusões, perfazendo, nesse sentido, o conhecimento científico dedutivo. Este seria o caso de Cristo, que dispensaria completamente a presença de guia e o processo do aprendizado. (SANTOS, 2018, p.700)

Atuando sob os preceitos de lógica e dialética, ambas herdadas do aristotelismo, a Escolástica de Tomás de Aquino passou-se a compreender mais profundamente que o humano como ser social é dotado de escolhas, considerando o livre arbítrio citado nas sagradas escrituras e indo numa dimensão bem mais ampla que pregava a religiosidade, aplicando essa realidade praticamente à totalidade dos atos do indivíduo.

Para Santim e Oliveira, “Além da relevância da educação para o desenvolvimento da civilização, podemos constatar na questão analisada que Santo Tomás respeita a razão humana, no sentido de admitir que o homem seja capaz de escolher e decidir, constituindo-se como responsável por sua humanidade”. (SANTIM e OLIVEIRA, 2008, p.6)

Com uma percepção de mundo com consideração mais humanista, sem desprezar a natureza divina dos fatos, Tomás de Aquino desenvolveu o tratado de prudência, que consistia na valoração das virtudes para o bem agir, sem ditar uma receita pronta, mas sim agindo sob a percepção de cada situação, como deveria ser a moral, ética e dialética utilizadas para melhor lidar com tal situação.

Para Gomes,

O Tratado da Prudência de Tomás de Aquino é o reconhecimento de que a direção da vida é competência da pessoa e o caráter dramático da prudência se manifesta claramente quando Tomás de Aquino mostra que não há “receitas” prontas para o bem agir, pois a prudência versa sobre as ações do “agir aqui e agora”. A prudência é a virtude da inteligência, mas da inteligência do concreto. E o critério para esse discernimento de bem é a realidade concreta, pois, segundo Tomás, de nada adianta os bons princípios abstratos sem a prudência que os aplica, já que a prudência decide bem, mas com a espontaneidade da virtude. (GOMES, 2020, p.3)

Com o desenvolvimento de uma linha de pensamento voltado para a valorização da lógica, da virtude e da dialética, a Escolástica traz em si uma concepção de atuação voltada para o ensino, no qual se tem a figura do mestre escolástico o responsável por buscar inicialmente no texto religioso um ponto para abordagem de um problema e então expandi-lo sobre todas suas variáveis possíveis por meio da dialética.

Para Barros,

O que traz uma verdadeira unidade à Escolástica é o seu método: o mestre escolástico deve extrair do texto canônico – que traz a Escolástica o princípio de Autoridade – a matéria para um problema e a partir daí desenvolvê-lo em relação a um interlocutor imaginário pronto a lhe opor objeções. A base do método é o desejo de explicitar tudo, esgotando sistematicamente todas as possibilidades. O método escolástico desenvolve-se em torno de alguns pontos essenciais, entre eles a ‘precisão vocabular’ e a ‘Dialética’ – conjunto de operações que fazem do objeto de saber um problema que será exposto e sustentado contra o interlocutor real ou imaginário. (BARROS, 2012, p.233)

O método dialético de exposição dos fatos trabalhando com suas variáveis possibilitaram a reconstrução dos conceitos de ensino aprendizagem e por meio da

abrangência desses princípios no ensino universitário expandiu-se o método científico em que se analisava sob mais de uma perspectiva um mesmo fenômeno, abrangendo hipóteses e demais deduções sobre um mesmo fato. Vale destacar que ao propor tais preceitos Tomás de Aquino inicialmente foi refutado fortemente pela ala conservadora que predominava no contexto universitário de época.

Teixeira, (2016) aponta que “O filósofo Tomás de Aquino, adepto também do método dialético de Pedro Abelardo, nos apresentou sua contribuição no século XIII com o método de ensino escolástico”.

Este método aplicado por Tomás de Aquino na Universidade de Paris auxiliava os alunos na construção do pensamento, porém a sua atitude de reunir a filosofia e a fé cristã causou conflitos com outros mestres e ainda sofreu a acusação de praticar heresias. O que Tomás de Aquino fez foi organizar o método de ensino usando a *lectio*, a *expositio*, a *quaestio* e a *disputatio* na universidade, isto é, lendo, analisando, expondo e debatendo os principais pontos dos textos clássicos e da Sagrada Escritura. Este método propiciou ao discente da época compreender e buscar respostas para os problemas da sociedade através dos textos, elaborando hipóteses, possíveis argumentos e contra-argumentos. Deste modo percebo que o método usado por Tomás de Aquino vai além do primeiro método, o dialético, pois neste período havia muitos problemas na sociedade e as possíveis soluções talvez estivesse nos textos trabalhados da época. (TEIXEIRA, 2016, p.56)

Mesmo com ferrenha oposição de alguns segmentos da Igreja o trabalho de Tomás de Aquino se consolidou no contexto universitário, pois possibilitava trabalhar mais amplamente múltiplos aspectos, reiterando saberes da antiguidade e ainda abrindo novas vertentes para se trabalhar no prospecto de ensino.

Como forma de melhor organização, as abordagens das temáticas no âmbito da Escolástica organizavam as sumas, obras que traziam reflexões de como abordar as relações de vivência sob suas múltiplas perspectivas, partindo das relações divinas para as relações naturais, cabendo à pessoa analisar sob a melhor perspectiva a forma de se abordar tal fato em determinado momento. Para Teixeira, “para Tomás de Aquino, estudar a filosofia aristotélica e a teologia se deu também como referência na busca pelo conhecimento, pois essa influência o fez produzir diversas obras, dentre elas a Suma Teológica”. (TEIXEIRA, 2016, p.42)

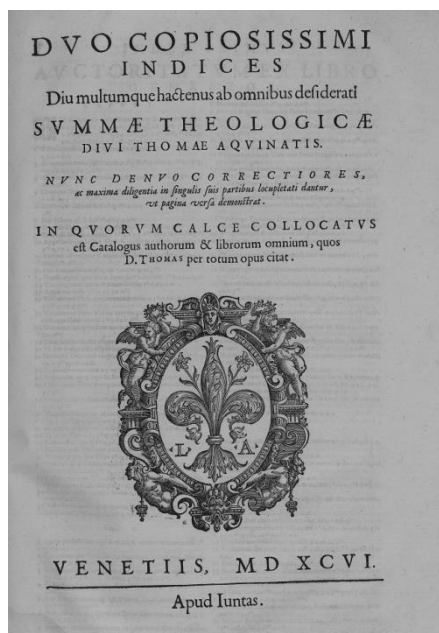
Para Leme,

Entre todas as obras com a denominação de suma, a *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino é reconhecidamente a mais insigne e a que mais influenciou o pensamento ocidental posterior, seja na posteridade próxima, principalmente com a restauração pós tridentina, como, inclusive, nos

tempos atuais, a partir de Leão XIII, no contexto teológico ou filosófico. (LEME, 2019, p.149)

A suma de Tomás de Aquino traz em si questões que relacionam por meio da dialética, princípios da origem e influência divina nos fatos, e a relação lógica natural presente nas relações causa consequência, tendo ainda um direcionamento para a questão didática, de alinhamento de tais princípios no processo de ensino.

Imagem 2 – Suma Teológica



Por Tommaso de Aquino - Available in the BEIC digital library and uploaded in partnership with BEIC Foundation, Domínio público, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=40009915>

Para Leme,

A Suma de Teologia apresenta em seu prólogo a finalidade, o desígnio e os meios empregados na obra. Tomás consumiu-se em tarefas de ensino. Suas obras ou foram fruto de seus cursos e disputas, ou tinham propósitos didáticos, ou ainda respondiam a consultas. A Suma de Teologia enquadra-se no segundo caso, como se vê em seu prólogo geral. (LEME, 2019, p.149)

Por meio desse documento Tomás de Aquino expôs de forma abrangente as relações entre o humano e o divino, enfatizando as multiplicidades que cercam a vida humana dentro dessa relação, em que cada ação está vinculada a um propósito, não se tratando da linha de pensamento que fins justificariam meios, atribuída à ciência política de Maquiavel, mas sim que as ações combinadas têm por trás de si um propósito final.

Para Kraemer e Santos,

Tomás de Aquino faz um estudo das ações humanas, as ações próprias do homem. A partir dos conceitos de virtudes (hábitos bons) e vícios (hábitos maus), ele apresenta um estudo geral e específico do homem, seu ser, seu agir e seu fim, e expõe o quanto e o como a ação específica do ser humano é direcionada pelo fim do homem em geral, ou seja, cada ação está relacionada a seu próprio fim particular e, ao mesmo tempo, ao fim do homem em geral. (KRAEMER e SANTOS, 2019. p.5)

A Suma Teológica de Aquino aborda as temáticas por meio dos princípios da dialética, em que se versa sobre três temas centrais, o primeiro a presença Divina e da Criação, o segundo sobre o retorno da criatura para o Criador, Deus, e o terceiro trata-se do Verbo, a figura do Cristo.

Para Leme,

Sua estrutura está baseada no método dialético medieval e é dividida em três partes: a primeira trata de Deus e da criação; a segunda do movimento (retorno) da criatura para Deus; a terceira do Verbo - Cristo e sua encarnação, que se tornou caminho do homem para Deus - e dos sacramentos. A terceira parte seria finalizada com a escatologia, impossibilitada pela morte de Tomás de Aquino. (LEME, 2019, p.153)

Na estruturação trina da Suma têm-se as duas partes iniciais relacionados à criação da vida humana e o retorno do homem a seu criador. Seriam as funções primordiais do existencialismo, de onde se vem e para onde se vai, a terceira parte, mesmo que inacabada, faz referência ao modo de se voltar ao criador pela pessoa do Cristo, em que se pode denotar uma passagem do evangelho para legitimar tal enlace:

Leme (2019) explana que “a primeira e a segunda parte da Suma relacionam-se entre si numa relação de *exitus-reditus*, emanação (saída) e retorno, de Deus e para Deus”. Já na terceira parte há uma indicação de via de retorno, do “centro da economia” da salvação, isto é, o Verbo e sua encarnação.

Cada parte da Suma é dividida em questões, ou seja, “são perguntas para as quais há mais de uma resposta plausível e não se sabe, à primeira vista, qual a boa, ou melhor, resposta. São, pois, questões disputadas”. As questões são divididas em artigos, isto é, subquestões que visam dividir um problema complexo em partes mais simples. Esses artigos trazem em si uma estrutura de disputa entre as posições razoáveis a respeito do tema discutido. (LEME, 2019, p.154)

Com a divisão das questões em micro partes para melhor explanação no contexto da Suma, vê-se um princípio holístico no que tange a compreensão das

temáticas, pois se tem a oportunidade de analisar as complexidades contidas em cada variável de uma problemática, cabendo à pessoa analisar sob as perspectivas que a constituem, seja ela por viés divino e/ou lógico naturalista.

Percebe-se por meio da obra de Tomás de Aquino a essência da alta escolástica, em que se tem o pensamento aristotélico como base para dialogar com a cristandade numa perspectiva de análise por racionalidade da relação do homem com a natureza social e a presença do divino.

Com a disseminação da alta escolástica, primordialmente influenciada por Aquino, temos a efetivação das universidades, visto que fora no âmbito dessas instituições que se disseminou tal pensamento, no qual se buscava uma amplitude de saberes para analisar a vida humana, não se restringindo à visão teocentrista.

Para Santim e Oliveira,

Podemos destacar as mudanças ocorridas no tempo de Santo Tomás a fim de salientar que o desenvolvimento da Escolástica esteve atrelado ao amadurecimento da sociedade medieval. Com base nas afirmações de Le Goff (1995) e de Guizot (2005), podemos constatar que o século XIII foi o tempo propício ao desenvolvimento intelectual do Ocidente medieval, pois foi neste período que as cidades cresceram, sustentadas pelo comércio e pelas corporações de ofício que, por sua vez, dependiam do progresso do feudalismo. Além disso, situa-se neste século o surgimento e a consolidação da Universidade, corporação cuja preocupação era a difusão e elaboração do conhecimento da qual Tomás de Aquino foi um importante mestre universitário, principalmente em Paris, centro cultural da cristandade medieval (cf. LE GOFF, 1995). (SANTIM e OLIVEIRA, 2008, p.5)

Como um importante filósofo e teólogo da Idade Média, Tomás de Aquino assumiu um papel de articulador entre os preceitos da cristandade com obras clássicas que versavam sobre lógica, retórica e dialéticas, principalmente as de Aristóteles, que até então eram vistas como risco ao pensamento cristão, e a efetivação da fé.

No contexto de ensino contribuiu largamente, principalmente para a ciência universitária, trabalhando com a dupla prospecção de análise quando se trata de ensino, no qual se tem a oportunidade de aprender por meio da razão, no qual se observa evidências sobre determinado fato e o outro quanto à participação externa, em que há auxílio na organização da averiguação do ato sob a perspectiva de princípios lógicos já averiguados, sendo esse auxiliar um instrutor, mestre, professor, lecionador ou outro agente.

Para Gomes,

Tomás de Aquino é unanimemente reconhecido como o maior dos filósofos medievais. Para muitos também é o melhor intérprete de Aristóteles na Idade Média. Dentro da Igreja é considerado, ao lado de Santo Agostinho, o mais importante teólogo de todos os tempos. Para Tomás existem duas formas de adquirir conhecimento: “de um modo, quando a razão por si mesma atinge o conhecimento que não possuía, o que se chama descoberta; e, de outro, quando recebe a ajuda de fora, e esse modo se chama ensino (Aquino, 2000, p. 32)”. O conhecimento por descoberta se dá quando a razão, por si mesma, aplica os princípios universais e evidentes a determinadas matérias para daí tirar conclusões particulares. A aquisição do conhecimento pelo ensino acontece quando esse processo natural e dedutivo da razão passa de princípios universais para conclusões particulares, com a ajuda de um mediador: o professor. (GOMES, 2020, p.5)

Seguindo a análise dos períodos da Escolástica, no terceiro tem-se o declínio da Escolástica com a propensão ao Renascimento Cultural e à formação do Estado Moderno. Aos poucos se abriu caminho para novas correntes do pensamento, em que se valorizava mais os aspectos humanos, humanismo, resgatando mais intensamente a filosofia da antiguidade sobre Existencialismo e Racionalismo e se afastando da influência da religiosidade cristã na formação do ensino.

De acordo com Almeida,

O terceiro e último período da Escolástica (cerca de 1300 até meados do séc. XV), também denominado Escolástica Posterior, era até recentemente considerado, de maneira pejorativa, como a dissolução da Escolástica. Na verdade, este período representa a um só tempo o fim do saber medieval e a transição para os tempos modernos, porquanto filósofos como Duns Escoto (c. 1265–1308) e principalmente Guilherme de Ockham (c. 1285–1349) põem em questão o primado do intelecto, ou da razão, sobre a vontade, fazem também relevar a importância da linguagem e problematizam o edifício ontologicamente hierarquizado da Idade Média, em que a cada ser eram assinalados um lugar e uma função específica no ato da criação. Entre os séculos XIII e XIV, floresceu ao longo do Reno a chamada “mística renana”, ou “essencial”, ou “especulativa”, cujos principais representantes são Mestre Eckhart, João Tauler, Henrique Suso e Jan Ruysbroeck. Usando o mais das vezes de uma linguagem paradoxal, infensa a todo limite de tempo e de espaço esses pensadores tentaram apreender diretamente, pela intuição e pela visão mística, a essência – ou a não essência – de Deus, do mundo e das coisas. (ALMEIDA, 2018, p.265)

Na fase final da Escolástica o que se nota são bases do aristotelismo sendo largamente observadas por renascentistas e humanistas, correntes que valorizavam cada vez mais o saber clássico, a racionalidade, a lógica, ciência de dedução e experimentação como forma de explicar as relações humanas e suas consequências.

1.2 BASES DA ESCOLÁSTICA NA FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO

Preconiza-se com o fim da Idade Média com a queda do Império Romano do Oriente (1453) um rol de transformações sociais que amoldaria profundamente a história da humanidade. Do período do medievo no campo filosófico e teológico dá-se os devidos créditos à formação do Pensamento Ocidental a influencia dos sistemas da Patrística e da Escolástica, sendo essas bases para novas correntes que herdariam determinados princípios adequados aos novos contextos.

Para Souza e Silva,

Patrística e a Escolástica, portanto moldaram um colossal sistema filosófico teológico que ainda hoje persiste incólume e imortal como a verdade. De um lado, o talento de Agostinho de Hipona cuja doutrina preconiza o triunfo da cidade de Deus; do outro, o gênio de Tomás de Aquino que sintetiza magistralmente: "a única contemplação que pode exaurir todas as exigências do pensamento, e que por isso pode tornar repleta a alma de felicidade é a contemplação de Deus." Assim ambas as fases se integram e se completam pela magnitude da doutrina. (SOUZA e SILVA, 1988, p.201)

Nessa nova realidade de intensa atividade de comercialização, crescimento das cidades e intensas relações com diferentes culturas, com a formação de Estados Nacionais, ter uma boa dialética, uma capacidade de aplicar a teoria na prática e de saber relacionar era uma demanda emergente na realidade da Europa do Século XIII em diante. Com isso, cada vez mais se valorizava as questões relacionadas à dialética e à retórica como forma de interação entre os povos.

Guimarães e Oliveira,

A formação e o fortalecimento dos centros urbanos, a partir do final do século XII, foram fundamentais para a mudança do paradigma educacional medieval. A nova estrutura social que contempla os mais diversos segmentos anseia por instrumentos que deem a ela condições para aprimorarem cada vez mais os serviços que oferece. (GUIMARÃES e OLIVEIRA, 2009, p.7)

Com a expansão dos negócios nos grandes centros urbanos e o início das grandes navegações se fazia cada dia mais necessário o uso do bom entendimento entre os povos que circulavam nessas cidades, vislumbrando suas particularidades e compreensão filosófica do mundo. Nesse novo contexto educacional demandava-se a formação de pessoas para o mundo do trabalho, considerando mais as relações sociais de natureza humana, em que já se fazia necessária a aproximação

de teoria e prática para a formação plena do indivíduo para desenvolver atividades em um mundo que dava sinal de mercantilização.

Para Guimarães e Oliveira,

Diante do ineditismo vivido pelos homens citadinos do século XIII, na Europa a Escolástica cumpriu o papel que devemos esperar daqueles que se comprometem com o caráter social do ensino, o de sugerir respostas, suscitar questionamentos, promover debates que contribuam para o bem viver em sociedade. (GUIMARÃES e OLIVEIRA, 2009, p.7)

Outro fator de extrema importância para o campo da teologia envolta no contexto escolástico foi a Reforma Protestante, quando a Igreja Católica deixa de ser a única instituição a doutrinar sobre matéria de cristianismo, sendo a Luterana a pioneira nessa reforma, seguida anos mais tarde por demais desmembramentos.

Vale destacar que essas correntes religiosas que demonstravam novas vertentes do cristianismo abrangeram também a lógica escolástica com um enfoque de adequar as análises a suas perspectivas doutrinárias.

De acordo com Tourinho,

Fica mais fácil entender o relacionamento entre calvinismo, escolasticismo e filosofia grega quando entendemos que os reformadores nunca pensaram em criar uma outra Igreja, mas reformar a Igreja Antiga. A intenção nunca foi descartar tudo que foi ensinado pelos Santos, como Agostinho, Anselmo, Tomás de Aquino, mas corrigir e descartar aquilo que fora considerado desvio. (TOURINHO, 2022, p.1)

Esse movimento escolástico ligado ao surgimento de novas linhas doutrinárias do cristianismo ficou conhecido como escolasticismo reformado, que trazia traços da escolástica advinda da religiosidade católica, tendo como base autores como Tomás de Aquino. De acordo com Tourinho (2022) “Uma característica forte do escolasticismo reformado é não só o método, mas a predominância da teologia aristotélica-tomista em detrimento das demais, como escotistas, occamistas ou místicas”.

O escolasticismo reformado emerge em um cenário que a Escolástica católico-cristã estava em crise devido ao advento do Humanismo e do Renascimento Cultural que buscava se desvincular dos ideais religiosos, preservando os filosóficos, em que embora herdasse traços da Escolástica Clássica, adequava esse a uma forma diferenciada de analisar fenomenologia que a forma clássica.

Para Willem, Van Asselt e Rouwendal,

Os escolásticos reformados não se limitavam a apenas um aspecto da teologia, mas viam cada parte em relação ao todo. Respostas para uma única questão não poderiam conflitar com as de outra. O que era argumentado em conexão com a doutrina de Deus não poderia conflitar com o que já havia sido exposto para a doutrina da Providência. Terceiro, a teologia escolástica era praticada em conexão íntima com outras disciplinas, tais como filologia, exegese, filosofia e assim por diante. As posições tomadas neste contexto eram exaustivamente defendidas. (WILLEM, VAN ASSELT e ROUWENDAL, 2018, p.1)

Mesmo sendo uma nova forma de trabalhar a lógica e a razão frente a um cenário teológico social, a vertente reformadora da Escolástica entrou em declínio de forma precoce quando comparada com a durabilidade da Escolástica Clássica ligadas ao catolicismo. A Escolástica cristã católica teria um novo fôlego na Segunda Escolástica, já a Escolástica Reformadora teve seu declínio juntamente com a Escolástica Clássica.

Para Tourinho,

Com o subsequente surgimento de uma dogmática racionalista, o escolasticismo protestante chegou ao fim. Segundo Muller, o declínio da ortodoxia protestante coincide, portanto, com o declínio dos fenômenos intelectuais inter-relacionados do método escolástico e do aristotelismo cristão. Sem uma estrutura filosófica adequada para pautar sua teologia, o escolasticismo reformado chegou a um fim. (TOURINHO, 2022, p.1)

A Escolástica, seja a ligada ao catolicismo ou ao reformismo, enquanto movimento cultural, social e educacional proporcionou um pilar de reconstrução no modelo educacional vigente no período medieval, sendo um divisor de águas para a implantação de novas universidades que aos poucos foram prezando pelo saber filosófico e científico, baseados na dialética e retórica como instrumentos de embate de ideias e produção de conhecimento, sendo essas abordagens precursoras do que mais tarde viria a ser o Renascimento Cultural no século XIV.

CAPÍTULO II

ESCOLÁSTICA TOMISTA E ESTADO MODERNO

Com o fim da Idade Média e a expansão dos Estados Nacionais a formação dos grandes centros urbanos atrelados às intensas relações com outros povos desencadeou uma expansão social na Europa nos dois últimos séculos que constituem o período medieval, em que aos poucos procurava-se desvincular do modelo social bem como o ideário de crenças até então vigente, sinalizando para a constituição do que seria o Estado Moderno.

Para Pereira, (2018) “A partir do século XV aceleram-se no Ocidente europeu os acontecimentos sociais e político-econômicos que operavam a paulatina transformação da sociedade medieval”.

De acordo com Pereira,

Em consequência dos sucessos marítimos obtidos por portugueses e espanhóis, os europeus entraram em contato com terras e povos desconhecidos, ocasionando novas visões de mundo, tudo muito diferente das percepções até então dominantes na sociedade medieval que, naquela altura, entrava em seu ocaso. Nesse tempo, fundava-se a Ciência Política moderna, essencialmente a partir das obras políticas de Nicolau Maquiavel (1469-1527) e, de forma coetânea, no contexto renascentista, a Reforma Protestante, o Concílio de Trento (1545-1563), e a Revolução Científica eram divulgados em toda a Europa Ocidental, por meio da intensiva utilização do invento de Johannes Gutenberg (1394-1468), ou seja, o sistema mecânico de tipos móveis que revolucionou a arte de imprimir textos e contribuiu para transformar o Mundo. (PEREIRA, 2018, p.4)

Nesse contexto transformista que assinalava o início do Estado Moderno, alguns aspectos da Idade Média ainda foram observados como bases para a reconfiguração de correntes de pensamento, visto que mesmo com uma tendência de renovação social não era uma tarefa simples desenraizar preceitos que foram trabalhados por séculos, principalmente no campo religioso/social.

Nessa lógica de herdar valores da época medieval destaca-se que a escolástica clássica manteve suas raízes por meio da observância nos preceitos das obras aristotélicas e ainda a consideração mais profunda de demais autores da filosofia clássica já se prezava mais pela dialética, lógica naturalista e realista do que a valoração de ideais religiosos.

Para Barros,

O movimento afirma-se de início principalmente nos âmbitos literário e filológico. Constitui mesmo uma afirmação das artes da linguagem, notadamente a gramática e a retórica que haviam sido secundarizadas pelo primado da dialética na Idade Média. É ainda a partir deste momento que os humanistas começam a estender seu campo de interesses para toda a Antiguidade, tanto uma antiguidade greco-romana mais intensiva, abarcando textos que haviam sido esquecidos pelos escolásticos na sua seleção fechada de textos canônicos, como conquistando extensivamente também a Antiguidade hebraica. É uma conquista filológica também, já que, além do latim, o grego e o hebraico atraem a atenção de alguns dos humanistas mais eruditos. (BARROS, 2021, p.259)

O diálogo com as obras clássicas foi feita mais amplamente, com um enfoque mais racionalista, sem se prezar pela análise dessas sob a óptica única e exclusivamente religiosa, dessa nova forma de abordagem das obras clássicas considerava-se a multiplicidade de análise que fora feita séculos atrás, e buscou-se analisar tais estudos sem o relacionar com o prospecto religioso, como muitas vezes fora feito no medievo, tanto na Patrística quanto na Escolástica, nesta última feita de forma mais aberta com intercalação de novos ideais de época, porém ainda com presença de ideais religiosos.

Para Cavalcante e Oliveira,

Ao apresentar as possibilidades do caminhar humano, o autor colocou como ponto de partida (e de chegada) um objetivo religioso, a *bem aventurança*. Mas, ao debater especialmente os movimentos, fixou o olhar nos atos concretos. O mestre Tomás precisava compreender como os homens atingiam esse objetivo na realidade do século XIII. Ora, a realidade, para o cidadão do século XIII, se apresentava de maneira diversa do que poderia se verificar na tradição teológica/filosófica consolidada por seis séculos. (CAVALCANTE e OLIVEIRA, 2012, p.233)

A desvinculação gradual da percepção filosófica/teológica da Patrística e mesmo da Escolástica de que os fatos da vida humana seriam consequências de ações sobrenaturais aos poucos deu lugar à valorização da natureza humana, seu livre arbítrio e racionalidade num prospecto de humanista. Para Oliveira (2010, p.276) “Ainda que possamos considerar Ockham como o último dos escolásticos não pode, contudo, como afirmou Pieper, considerá-lo como o criador da ciência moderna, uma vez que sua obra ainda se encontrava presa à forma medieval”.

Correntes de pensamento modernas humanistas buscaram nas tradições gregas bases para a formulação de sua lógica, porém muitas vezes sem considerar as análises feitas pela Escolástica sobre tais obras.

Para Bauer,

No séc. XV, ao perder-se em sutilezas e formalismos, a escolástica tardia se caracterizará por um declínio do pensamento, principalmente porque não consegue dialogar com o intenso movimento de renovação cultural do Renascimento. O Humanismo italiano da segunda metade do séc. XIV, ao mesmo tempo que se difundia pela Europa promovia o retorno à filosofia grega, mas independente da tradição *escolástica*, impondo-lhe críticas, as quais esta não soube rebater satisfatoriamente. Todavia, a crise do pensamento escolástico não significou o seu fim. Este teve nova vida com os pensadores ibéricos dos sécs. XVI e XVII, que mantiveram substancialmente os seus princípios básicos e a sua metodologia (BAUER, 2003, p. 268).

Conforme exposto por Bauer (2003), algumas escolas do início da era Moderna buscaram reanalisar as obras da filosofia clássica sem pegar a pós-análise feita por essas no contexto da Escolástica e essa não observância muitas vezes se dava pela conotação religiosa envolta nas análises feitas pelos mestres escolásticos.

Essa forma de analisar os preceitos das obras clássicas sem viés religioso era uma lógica de se difundir os ideais humanistas, centrados na figura racional que constitui a natureza humana, considerando seu livre arbítrio e responsável pelos seus atos e ações.

Para Rossi,

Outro aspecto a ser considerado na recusa dos Modernos do "[...] aspecto definitivo do aristotelismo", ou, o que dá no mesmo, na recusa ao escolasticismo, é que ela não implica a rejeição do aspecto religioso: "[...] a glória de Deus e a utilidade pública", eis o lema que os "artesãos" e "engenheiros" do século XVI terão como justificação de sua obra (ROSSI, 1962, p. 75). A crítica de Francis Bacon à escolástica aristotélica, antes que uma crítica à religião é uma crítica a uma "[...] típica forma de impostura religiosa" (ROSSI, 1992, p. 67).

Vale destacar que algumas escolas vindouras nesse contexto humanista que sustentou o Renascimento Cultural, tais como os ibéricos, consideraram as ponderações feitas no contexto da Escolástica sobre obras greco-romanas e de outros povos da era clássica. Para Barros “Não há como eliminar em um passe de mágica estas formações e existem seguramente certas continuidades entre os meios ainda ligados ao saber escolástico e os humanistas do século XV ou mesmo do século XVI” (BARROS, 2021, p.254).

Nessa vertente humanista em que considerou as contribuições feitas pelos mestres escolásticos no campo da filosofia, abre-se caminho para o diálogo com a Escolástica Clássica da Idade Média, sendo uma base para a continuidade de

algumas abordagens escolásticas no que ficou conhecido como Segunda Escolástica, originária nos estudiosos da Universidade de Salamanca.

Para Marias,

O novo fôlego do pensamento escolástico expressou-se no movimento filosófico, teológico e político-jurídico que ficou conhecido por Segunda Escolástica Moderna. Sua origem liga-se aos pensadores da Universidade de Salamanca com o dominicano Francisco Vitória (1480-1546), comentador de Tomás de Aquino, o qual concluiu das teses filosóficas e teológicas suas implicações jurídicas. Suas teses sobre o direito dos povos granjearam discípulos em toda a península (MARÍAS, 2004, p. 222).

A Segunda Escolástica, iniciada na Universidade de Salamanca, representa o aspecto de continuidade da abordagem da filosofia clássica em balanceamento com postulados da religiosidade cristã e mesmo com crescente tendência humanista o que se tem é uma vertente que preza muito pela lógica racional, mas sem deixar a análise sob a perspectiva das Sagradas Escrituras.

Era um fôlego da filosofia escolástica em meio a expansão do humanismo iluminista, no qual se buscava manter as raízes da lógica do tomismo porém revestidas de algo mais racional dando mais ênfase a natureza humana nas relações sociais, sem negar a existência do fator divino.

Para Marias,

Mas foi após o estabelecimento da Companhia de Jesus na Espanha e em Portugal que os jesuítas se destacaram como promotores do movimento de renovação da Escolástica. Os jesuítas que mais se ligaram ao processo de renovação da Escolástica foram Alfonso Salmerón (1515-1585), Francisco Suarez (1548-1617), Luiz de Molina (1535-1600) e o “Aristóteles português”, Pedro da Fonseca (1528-1599). Foi sobre os tratados destes mestres jesuítas que a Segunda Escolástica se sustentou. Nos tratados que escreveram eles analisaram os elementos e os contextos que a descoberta do Novo Mundo, a Reforma e a Contrarreforma fizeram nascer, sempre reafirmando a tradição do pensamento cristão escolástico frente à crítica do humanismo renascentista e da física experimental (MARÍAS, 2004, p. 221).

Mesmo sem poder desconsiderar os avanços científicos, os mestres da Segunda Escolástica traziam em suas abordagens a lógica divina nos fatos, assim como os mestres da Escolástica Clássica que aproximaram as Sagradas Escrituras dos estudos greco-romanos, mais especificamente Aristóteles.

Essa tendência de dialogar com duas lógicas distintas sobre uma mesma abordagem faz parte de um princípio da dialética que valoriza a arte do dialogismo

como forma de melhor compreensão, fato esse presente no pensamento aristotélico, notável em suas obras clássicas.

Para Boni, em entrevista para Jungles e Culetton,

Creio que convém, inicialmente, explicar o que foi a assim chamada Segunda Escolástica. Tratou-se de um movimento filosófico e teológico que teve seu apogeu nos séculos XVI e XVII dentro das universidades, principalmente da Espanha e Portugal, mas também da Itália e de alguns outros países. Partindo do estudo dos escolásticos medievais, principalmente de Tomás de Aquino, esses autores procuravam dialogar com a sociedade de seu tempo, na qual haviam surgido alguns fatos novos, como as descobertas científicas na área da Física, que haveriam de culminar com os nomes de Copérnico (†1543). (BONI in JUNGLES e CULETTON, 2010, p.6)

Em um contexto de novas abordagens sociais o que se tem é um cenário de constante troca com outros povos, principalmente devido às Grandes Navegações, um panorama que trouxe elementos de novas culturas para a realidade europeia do século XV em diante, abrindo caminho para a reconstrução de valores historicamente preservados sob a égide da religiosidade.

As grandes navegações representavam além de um advento de expansão econômica, seriam um ato de encontro de povos e culturas diferentes, o que abria um repensar sobre valores considerados ideais no período medieval, e por meio dessas novas aberturas, trazia-se principalmente para o continente europeu novas visões de mundo, o que desencadeou em reformas estruturais em diversos aspectos, no contexto da renascença.

Para Izidoro,

A Renascença, os ideais iluministas e também a Reforma Protestante, de acordo com ele, proporcionaram o começo do processo da ciência moderna; contudo, segundo o autor, ela não foi concebida desatrelada da mente religiosa cristã. Todavia, essa separação foi acontecendo aos poucos de tal forma que, nas palavras de (NETO, 2012, p. 28), “Esse ‘divórcio’ foi se tornando tão doentio, chegando ao extremo da separação quase que total entre o homem da ciência e o homem da religião”. (IZIDORO, 2017, p.13)

Nessa nova realidade social emergente o que se tinha era a consolidação de valores e princípios voltados para a promoção do ser humano por meio do questionamento social. Nessa abordagem de resignificação social destaca-se a atuação dos escolásticos ibéricos, que vislumbraram princípios políticos, éticos e

sociais, prezando por liberdades, fatos até então bem revolucionários se comparados aos poucos séculos recém-passados.

Para Pereira,

Nessa perspectiva os escolásticos ibéricos foram também vanguardistas em matéria política, uma vez que defenderam a soberania popular, os direitos naturais do ser humano, a obrigação do rei de subordinar-se, como qualquer pessoa, à lei, e, em caso de opressão governamental o direito de desobediência civil, uma vez que a sociedade tem o direito de recuperar o poder que o governante dela, inicialmente, recebera, além da liberdade de comércio e de navegação. Desta forma, anteciparam, em mais de um século, princípios liberais que se manifestariam na Revolução Gloriosa Inglesa (1688-1689), nas obras de John Locke (1632-1704) Cartas sobre a Tolerância e os Dois Tratados sobre o Governo Civil, publicadas entre de 1689-1690, bem como nos Federalist Papers (1787-1788) e na fase inicial da Revolução Francesa. (PEREIRA, 2018, p.3)

Esses avanços propiciados por ideais da Nova Escolástica demonstram que mesmo mantendo raízes em preceitos seculares da religiosidade esses se mostravam atentos à realidade do Estado Moderno com as necessidades humanas sendo pautadas pela ótica da racionalidade, que a relação causa consequência faz parte das relações naturais presentes na vida social.

Para Oliveira.

Todavia, da conclusão de Bottin é possível perceber que a dificuldade continua a mesma: ainda que, no avançar das pesquisas, sejamos obrigados a reconhecer que a Modernidade tem a sua dívida para com a filosofia genericamente chamada pelos Modernos de "Escolástica", resta medir em que sentido a discussão medieval é capaz de esclarecer à moderna. (OLIVEIRA, 2011, p.81)

Conforme observado, a Segunda Escolástica emerge em uma realidade de época de grandes invenções e descobertas que propiciaram a reconstituição de verdades até então difundidas, tais como a questão da relação terra e sol, quem girava ao redor de quem, e Galileu ponderou assertivamente que a terra girava ao redor do sol.

Mantendo a linha de relacionamento da Escolástica Clássica, evidenciando o papel de Tomás de Aquino, que buscava dialogar com a realidade social, a Segunda Escolástica prezava também pela compreensão do contexto em que a sociedade se alinhava, confrontando tal realidade com ideais religiosos e filosóficos de diferentes povos.

Para Boni, em entrevista para Jungles e Culetton

Partindo do estudo dos escolásticos medievais, principalmente de Tomás de Aquino, esses autores procuravam dialogar com a sociedade de seu tempo na qual haviam surgido alguns fatos novos, como as descobertas científicas na área da Física, que haveriam de culminar com os nomes de Copérnico (+1543), Galileu (+1642) e Newton (+1727); as descobertas marítimas que levaram os europeus a contatar novas civilizações, nas Américas e no Oriente; (BONI in JUNGLES e CULETTON, 2010, p.6)

Tal tendenciosidade humanista que se mostrava evidente desde o século XIV e que influenciara notadamente a Segunda Escolástica, o que se fez presente também no contexto universitário de época, assim como a primeira tinha sua abordagem direcionada a questão pedagógica de formação de cidadãos sobre determinados preceitos.

No âmbito dessas instituições o ensino não se mostrava mais alicerçado em ideais religiosos, aos poucos se incorporava às análises sob perspectivas mais naturalistas, dialogando com múltiplos campos das ciências, valorizando a questão humanística dos povos.

Para Orrego, in Jungles e Culetton, (2010), apontam que O principal centro de desenvolvimento da Segunda Escolástica foi a Universidade de Salamanca, sendo essa pertencente ao território espanhol.

Orrego, in Jungles e Culetton, completam,

Todo o movimento foi marcado pelos ensinamentos de Francisco de Vitoria entre 1526 e 1546, o qual criticou muito valentemente as justificações que se davam para a conquista espanhola da América. Não só defendeu a racionalidade dos aborígenes, senão também a plena validez de suas instituições políticas; com matizes relevantes negou os direitos políticos da coroa de Castilla sobre as terras descobertas e declarou ilegítimas as guerras de conquista. (ORREGO in JUNGES e CULETTON, 2010, p.15)

Na Universidade de Salamanca, local em que se desenvolveu a Segunda Escolástica, trabalhou-se profundamente as questões humanísticas e sociais que se mostravam presentes no referido contexto de época, em que com a colonização de novas terras colocava-se em pauta ao tratamento a ser dado aos nativos dessas localidades, como seria a abordagem frente a esses para não comprometer seu modo de vida.

Nessa relação que abrangia filosofia da Segunda Escolástica e contexto humanístico e renascentista que sustentava a consolidação da era Moderna temos o papel das universidades, em especial as ibéricas, como disseminadoras de um saber que ia de encontro às questões de Direito Internacional no prospecto humano,

de respeito à diversidade e o resguardo a preceitos existenciais e também de fatores que mais tarde consolidariam a economia moderna e suas raízes liberais.

Para Pereira,

No século XVI, nas grandes Universidades ibéricas, no contexto da Contra Reforma ou Reforma Católica, os mestres da Segunda Escolástica, por meio de suas relectiones, edificaram um corpo doutrinário que expressava, para a época, uma nova e revolucionária concepção de comunidade universal, uma *societas gentium*, fundada na sociabilidade natural e na unidade do gênero humano, portanto de alcance universal. Tais contribuições teóricas, alicerçadas no direito natural, formariam, no campo jurídico o magistral legado humanista da Escola de Salamanca, fundada por Francisco de Vitoria (1483-1546), frade dominicano, teólogo, filósofo, jurista, catedrático de Prima Teologia na Universidade de Salamanca e iniciador do movimento que, ao longo do século XVI, congregou teólogos, juristas e romanistas, cuja contribuição doutrinária é altamente relevante na formação do Direito Internacional e da Economia moderna. (PEREIRA, 2018, p.7)

Diante de uma sociedade com demandas emergentes, as escolas ibéricas figuraram ativamente nessas, no que tange ao prospecto humano da pacificidade, da sociabilidade natural e no Direito natural das pessoas, gerando embates com a realidade nascente na era moderna em que muitos princípios de respeito ao próximo foram abalados no que se trata de povos de locais que foram vítimas do processo de exploração durante a colonização, visto que tais atos rompiam preceitos que seriam os alicerces de direitos humanos, violando o livre arbítrio do ser humano proclamado tanto em ideais clássicos quanto na sagrada escrituras.

Sobre os ideais de Vitória, Freitas (2011) descreve que esse se valeu das ideias tomistas, que argumenta que todos os homens, pagãos ou cristãos, têm capacidade para estabelecer suas próprias sociedades políticas.

De acordo com Freitas,

Segundo ele, o pretenso direito dos espanhóis de fazer guerra contra os índios sob o pretexto de convertê-los à força era falso. Vitória conclui que, “(...) mesmo que a fé cristã tenha sido enunciada aos bárbaros com argumentos completos e suficientes e ainda assim eles a tenham recusado, isso não constitui razão para fazer-lhes guerra e despojá-los de seus bens”. Tampouco havia validade nas bulas, pois o papa não era senhor civil e temporal de todo o *orbe*, e, se caso o fosse, isso não lhe daria direito de repassar o poder temporal aos reis cristãos. Porventura, se havia algum título jurídico verdadeiro, ele seria fundado, segundo Vitória, em outros princípios. (FREITAS, 2011, p.2655)

Por meio dos postulados de Vitória no contexto de seu estudo escolástico na Universidade de Salamanca, o que se denota são princípios que posteriormente seriam abordados em tratados de Direitos Humanos, bem como em matéria de

Direito Internacional, no qual se pondera sobre contato entre povos de forma pacífica e somatória, evitando a colisão entre costumes e sistemas de regras sociais. Com isso notava-se a partir dessas premissas que a questão humanística tinha espaço de valor no contexto da corrente escolástica.

Mesmo que para algumas linhas prevaletentes no começo do Estado Moderno tal herança das raízes escolásticas seria uma forma de manter engessada nos ideais religiosos, numa forma de algo arcaico provindo do medievo, a segunda escolástica mostrava ser o revés de tal premissa, no qual se aproximava intercalar entre o divino e o humanístico, e tal fato fica evidente no engajamento nas pautas sociais voltadas para dignidade humana.

Para Oliveira,

[...] deste modo de pensar a justiça, desenvolvido no âmbito da Segunda Escolástica, escola de pensamento dominante na Península Ibérica nos séculos XVI e XVII. Imediatamente anterior à conceituação plena da ideia de direito subjetivo (que permitirá a enunciação da primeira Declaração dos Direitos Humanos), a Neo-Escolástica tem sido desvalorizada, seja por conter elementos que rompem com a tradição escolástica (posição assumida, entre outros, por Villey), seja por não rejeitar plenamente a tradição (tese muito bem apresentada por Morse). Mas, como suspeito que a enunciação dos "direitos sociais", já em meados do século XIX, opera como um "retorno do recalcado" entendo que uma compreensão mais completa da Segunda Escolástica possa ajudar no desenvolvimento de uma linguagem menos confusa sobre direitos no contexto contemporâneo. (OLIVEIRA, 1999, p.32)

A Segunda Escolástica representou um marco na história do Direito Internacional e sua lógica humanista em meados do século XV, momento em que as ciências se desenvolviam partindo das bases greco-romanas, tais como a ciência política, física experimental e química, que retomaram seu desenvolvimento com o intuito de analisar a vida humana sob a lógica natural dos fenômenos.

A racionalidade e a interação de culturas era uma tendência crescente no começo Idade Moderna, com isso pensar em relações de direitos com outros povos foi se tornando necessária para a organização das relações sócio econômicas.

Para Pereira,

Deve-se ainda destacar a importância da doutrina da comunidade jurídica internacional da Segunda Escolástica, fundada nos pensamentos de Francisco de Vitoria e de Francisco Suárez, autores cujas obras constituem ponto de partida à formação do direito internacional moderno. Dito isso, creio que é conveniente apresentar, em síntese, esclarecimentos sobre a ambiência histórico-acadêmica em que se deu a criação e o

desenvolvimento do pensamento econômico dos escolásticos tardios, que escreviam e ensinavam nas grandes universidades ibéricas no período que passou à história como Século de Ouro da cultura e da prevalência do poder político e econômico do Império Espanhol na Europa. A Escolástica tardia foi um dos grandes destaques dessa importante fase da história cultural ibérica. (PEREIRA, 2018, p.3)

Com enfoque em matéria de relação entre povos, os estudos desenvolvidos em Salamanca foram de extrema importância no que se trata em matéria de interações internacionais, tal premissa se fez em um contexto em que se figurava a valorização do homem como ser responsável por seus atos enquanto dotado de inteligência e, em contrapartida, se via nas novas terras em processo de colonização com efeitos da barbárie humana para com os nativos, sobrepondo-se aos direitos existenciais desses que foram transformados em objetos de exploração.

Diante de tal realidade era necessário ponderar sobre as novas demandas sociais que emergiram nesse contexto de colonização, até que ponto era possível colonizar sem entrar em conflito com a liberdade dos povos nativos, tal matéria foi alvo de estudos e debates nas correntes de estudo embasadas na segunda escolástica.

Novo (2021) aponta a Escola de Salamanca, Escola Espanhola de Paz, ou a Escola Espanhola de Direito Internacional, ficou marcada como Escola Espanhola de Moral Econômica, ou de Renascimento Teológico Salamanquense do século XVI, etc.

Qualquer uma destas denominações é correta, na medida em que corresponde à verdade histórica contemplada como história dos efeitos, ou seja, ao conjunto das diversas soluções que o numeroso e heterogêneo grupo de pensadores, adscritos às diversas cátedras de Salamanca, ou antes, educados nesses bancos do Estudo Geral por mestres e discípulos, apresentaram aos problemas que lhes foram demandados em suas épocas. (NOVO, 2021, p.3)

No contexto dos estudos desenvolvidos pelos mestres da Universidade de Salamanca que se delineou o pensamento moderno humanístico que influenciou Portugal e Espanha, em destaque os estudos de Francisco de Vitoria, que aproximou o escolasticismo clássico da abordagem humanista característica da Era Moderna, no qual se dialoga com a filosófica clássica greco-romana e se incorpora valores de época em busca de consistência e racionalidade para ordenar sua vida política e social.

Dessa aproximação criava-se uma corrente de ideais mistos, entre a valorização da essência divina e da consideração do racionalismo histórico que se tanto buscava resgatar no período iluminista, diante de tal abordagem frisava-se a construção de um estado de bem estar social balanceado.

Para Oliveira,

O que está sendo dito aqui é que, para os novos escolásticos, o Estado é uma instituição que se desenvolve naturalmente, dada a tendência associativa própria aos seres humanos, obedecendo sua organização à vontade humana, antes que a um desígnio divino. Se o corte com a visão medieval da sociedade é muito claro, ao conferir à razão e à vontade humanas a capacidade de ordenar a vida política, independentemente da ordenação divina, a Segunda Escolástica manterá, basicamente, o conceito tomista de lei natural. (OLIVEIRA, 1999, p.32)

Aos poucos a concepção divina nas relações humanas foi sendo reconfigurada na Segunda Escolástica. Da Escolástica Clássica herda-se de Tomás de Aquino os princípios da Lei Natural, não sendo antirreligiosos, mas sim citando que por meio da ação humana se tem o efeito causa consequência em decorrência dos resultados esperados e caminhos a serem seguidos por cada sociedade.

A análise de princípios jurídicos faz parte da abrangência dos estudos escolásticos desde sua forma clássica, em que desde Tomás Aquino se tratava de questões da natureza social, dando substrato a essa por meio de um ordenamento divino, que um precedia o outro.

Para Oliveira,

Essa conceituação de justiça, plenamente compatível com a teoria política desenvolvida por Tomás de Aquino, será por este modificada com a postulação de uma "lei divina" a conferir substrato à natureza, bem como com uma outra nomeação dos fins últimos da política. Mas o que importa ressaltar aqui é uma outra transformação sobre o legado aristotélico. Aquino irá associar a lei à razão, entendida esta última como uma faculdade que ordena a ação e a reflexão humanas com vistas à realização de um fim. A lei, portanto, passa a ser uma ordenação da razão com vistas a alcançar o bem comum, estabelecida e promulgada por aquele a quem compete dirigir a comunidade. (OLIVEIRA, 1999, p.32)

Já na Segunda Escolástica tende-se a seguir a lógica humanista, no qual se parte de princípios do aristotelismo, discutidos amplamente no âmbito universitário, no qual se difundira linha de análise que balanceavam entre a lógica aristotélica sob o viés escolástico e a percepção humanista, que analisavam a lógica aristotélica e de outros mestres sob a perspectiva naturalista.

Por meio do academicismo o que se buscava era a síntese entre os preceitos das lógicas físicas sociais cada vez mais difundidos no meio universitário com os preceitos filosóficos das obras aristotélicas e ainda considerando as relações de valores divinos contidos nessa relação.

Para Targa,

Assim, no que se refere à disputa entre a filosofia escolástica e o mecanicismo moderno, é por meio desta distinção rigorosa entre o domínio científico ou prático e o filosófico que Leibniz encontra a chave para a harmonização da sabedoria dos antigos e das inovações da nova filosofia. A restauração das formas substanciais pode ser vista então como a busca pela determinação e aplicabilidade do próprio conceito de substância aos corpos das substâncias individuais e aos corpos das criaturas em geral. (TARGA, 2009, p.10)

Nesse contexto, destaca-se o papel importante das universidades para construção e disseminação desses saberes humanistas relacionados à lógica da Nova Escolástica, no qual se buscava intercalar valores que se mostravam pertinentes para o contexto social de época. Mesmo encontrando resistência por setores de época, essas mantiveram sua essência no que tange à organização e execução de ensino, visto que sua estrutura se mostrava em alinhamento com a sequência formativa de saberes humanos.

Para Verger,

Embora certo setor do pensamento humanista coloque-se em uma perspectiva anti-universitária e em todo o caso francamente anti-escolástica, boa parte das elites intelectuais que se integrarão às fileiras humanistas seguem se formando em universidades que conservavam em seus programas os elementos e as 'disciplinas-chave' da cultura erudita medieval – como a Lógica de Aristóteles, o Direito Romano, o Direito Canônico e mesmo a Teologia Escolástica (VERGER, 1999, p.265).

Desse rol de estudos da Segunda Escolástica culminaram avanços modernos nos campos das ciências jurídicas e também econômicas, no qual se ponderou sobre questões mercadológicas e de relação de compra e venda, impostos, juros e sistema financeiro, ciências que se mostravam sob alta demanda devido às expansões comerciais que se afluíam devido às novas relações comerciais.

Para Melo

A partir do advento do escolasticismo fica difícil definir se o que existe é apenas o pensamento econômico, com alguns insights que derivavam de

situações da vida social (da mesma forma que Gregos e Romanos) ou se é a ciência econômica propriamente dita. De qualquer forma, é inegável que estes pensadores do período medieval, além dos escolásticos tardios do século XVII, foram essenciais na reflexão de temas de interesse econômico, como preço justo, inflação e impostos. (MELO, 2019, p.465)

As lógicas das ciências econômicas postuladas pelos escolásticos desde os clássicos até a Segunda Escolástica vão de encontro aos ideais que na Idade Moderna amoldou a ciência econômica liberal, com um viés de liberdade de relações comerciais com menor tributação possível, sendo um aspecto de desenvolvimento dos povos a produção, compra e venda. Para Soto (2010) os escolásticos espanhóis do Século de Ouro da Espanha foram capazes de articular o que depois constituiriam, entre outros, princípios de teoria econômica que hoje são defendidos pela Escola Austríaca de Economia:

Para Pereira,

Quais foram os acontecimentos econômicos e financeiros que levaram os escolásticos ibéricos a elaborar teorias econômicas pioneiras, caracterizadamente originais e modernas, em muitos aspectos revisionistas em relação ao tratamento da questão econômica sob o prisma da escolástica tomista? Nessa perspectiva, estudaram e escreveram, precursoramente, sobre a importância econômica da propriedade privada, da liberdade econômica e do livre comércio, discutiram e teorizaram sobre questões monetárias, que mais tarde redundariam na teoria quantitativa da moeda, redigiram estudos sobre a atividade bancária, discutiram os problemas relativos aos tributos, à formação competitiva dos preços e ao orçamento público. (PEREIRA, 2018, p.8)

Os estudos econômicos oriundos da Segunda Escolástica se mostravam pertinentes ao momento de época que demandava um comércio em expansão, isso devido às Grandes Navegações e contatos com outros povos, fatos que delimitavam melhor estruturação do sistema financeiro, relações de moedas, sistema financeiro público e sistema bancário.

A organização do sistema financeiro permitia a consolidação de relações comerciais entre os povos, visto que com um sistema bem definido era possível definir juros, cotações e valorações de moedas, e tais fatores foram abordados com primazia pelos membros da segunda escolástica.

Bell aponta, que “os escolásticos usaram um método dialético e um raciocínio silogístico para apresentar as suas doutrinas. Em economia codificaram as leis e regras temporais que serviram durante muitos séculos de guia para os homens em suas transações comerciais” (1961, p. 72)

No contexto de economia, assim como nas demais ciências, prezavam pela lógica provinda do mundo antigo, especialmente do aristotelismo, com uma aproximação da essência divina sem perder a valorização da percepção naturalista.

Com isso, amoldavam conceitos de posse, de direito à propriedade, de uso e demais fatores de relação do humano com o uso de recursos conforme sua necessidade existencial, que foram mais tarde abordados dentro do contexto das ciências econômicas liberais.

Na lógica de Tomás de Aquino, a propriedade não se limita apenas a objetos físicos, o direito inicial de cada pessoa é a propriedade sobre si mesmo, o que pode ser entendido como sua independência, tal “direito de propriedade sobre si mesmo” advém à racionalidade do gênero humano. Tal ponderação de Aquino antecipa, em pelo menos quatro séculos, as deliberações iniciais de John Locke sobre direito à propriedade.

Conforme se nota pela postulação de Aquino, é do aspecto racional do homem ter posses, a iniciar sobre si mesmo, indo além do controle sobre objetos. Dessa forma, abre um viés para a lógica de se ter uma propriedade privada a partir do direito divino do uso da terra que fora permitida por Deus, no qual se agrega valor quando se aplica trabalho que gera frutos, efetivando com isso o direito de posse a aquele espaço.

Como argumenta Melo,

Para Locke [...] a propriedade já existe no estado de natureza e, sendo uma instituição anterior à sociedade, é um direito natural do indivíduo que não pode ser violado pelo Estado. O homem era naturalmente livre e proprietário de sua pessoa e de seu trabalho [...]. Como a terra fora dada por Deus em comum a todos os homens, ao incorporar seu trabalho à matéria bruta que se encontrava em estado natural, o homem tornava-a sua propriedade privada, estabelecendo sobre ela um direito próprio do qual estavam excluídos todos os outros homens. (MELO, 2019, p.467)

Partindo da lógica da propriedade privada de Tomás de Aquino, que mais tarde seria delimitada mais detalhadamente por John Locke, é possível notar indícios das raízes do liberalismo clássico, em que se preza valores de posse, liberdade econômica, relações de preço, livre mercado e ação estatal frente às relações comerciais.

Na lógica de Tomas de Aquino, na matéria de preço devia-se ter a noção de justiça de precificar o suficiente para compensar o serviço prestado, e essa relação

deveria ser feita entre prestador de serviço e contratante, sem interferência estatal, ideais percussores de ideais liberais que se mostraram em expansão no período iluminista.

Para Gennari e Oliveira,

A resolução de São Tomás de Aquino para o preço justo se afasta um pouco de outros escolásticos, ao afirmar que este não era qualquer preço acordado livremente entre compradores e vendedores. Mas sim um preço específico, suficiente para compensar o serviço prestado, apesar de não dar bases claras para definir qual seria esse preço de recompensa. Por outro lado, Aquino se reaproxima de seus correligionários ao defender que o Estado só poderia interferir na economia em caso de absoluta e emergencial necessidade (GENNARI; OLIVEIRA, 2009).

Indo ao encontro de ideais humanistas, a lógica de livre mercado dos escolásticos se mostra condizente com a realidade do século XVI em diante, no qual a relação de mercado tendia a ser observado enquanto ciência, principalmente pelos doutrinários das correntes liberais, que postulavam que as relações comerciais se mostravam em larga expansão, tanto pelo aumento de grandes centros urbanos como o surgimento de novos mercados com a ida ao Novo Mundo, no caso as terras fruto da colonização.

Silva aponta que “embora assimilado pela tradição filosófica católica, o ideal de formação do homem universal, humanista e cristão procede do pensamento grego, que foi inspiração predominante tanto da filosofia escolástico-tomista como da justificação moral que resultou na conquista e colonização da América”. (SILVA, 2007, p.15)

Pelos princípios de liberdade de mercado provindo dos mestres escolásticos clássicos, que se propagou na segunda escolástica, no qual, alinhados com os ideais humanistas, direcionou uma abordagem sobre a realidade das novas localidades que foram abrangidas, no caso do processo de colonização, em que se teve um novo campo para se ponderar nas relações humanas, que envolvia tanto questões de direitos e relações financeiras.

Para Rodrigues,

É precisamente a partir desta contribuição, com escritos, tratados, cursos e disputas produzidos não apenas nas instituições coloniais de estudos formais, mas também a partir de pareceres dos missionários diretamente em contato com a realidade dos problemas causados pela expansão da colonização, que esta reflexão filosófico-teológica adquirirá uma qualificação característica do vivido in loco e, por isso mesmo, poderá ser chamada de

“Escolástica Colonial”, por ser a extensão “colonial” desta Escolástica barroca produzida no Novo Mundo. (RODRIGUES, 2017, p.1)

O que se denomina Escolástica/Barroca Colonial seria a vertente dessa linha mediante ao contato com novos povos no continente americano, em que se propagou a prática de colonização e contou com a intensa colaboração dos padres jesuítas, que difundiram a cristandade para os residentes nas novas terras, ela incorporava fatores da escolástica clássica com um misto de traços do humanismo e iluminismo, sendo ainda incorporados fatores culturais e sociais das terras que eram alvo do processo de colonização.

De acordo com Rodrigues,

Missionários, agentes coloniais e intelectuais do Novo Mundo terão como interlocutores os seus pares nas universidades e nas instituições burocráticas das monarquias ibéricas. Por consequência, os debates de teologia, filosofia, moral e direito produzidos na América espano-lusitana só poderão ser bem compreendidos se forem colocados em diálogo com as discussões que aconteciam em universidades dos países-metrópole europeus, a saber, em Coimbra (fundada em 1290) e Évora (fundada em 1559), bem como Alcalá (fundada em 1499 (Estudo Geral desde 1293)) e Salamanca (fundada em 1258). (RODRIGUES, 2017, p.1)

O contexto da Escolástica Colonial emerge no âmbito da segunda vertente com o direcionamento para a problemática emergida no processo de colonização, tendo por bases os estudos feitos nas universidades das metrópoles com direcionamento às novas relações que emergira, de natureza social e econômica, em que buscavam compreender o que iria de acordo com a lei natural e o que poderia abalar princípios como o do livre-arbítrio, posse, produtividade e existencial.

Tais elementos emergem dos estudos desenvolvidos principalmente pela Escola de Salamanca que já se mostrava uma forte propagadora dos ideais dos novos escolásticos e tinha suas atividades arroladas em território hispânico, país que era uma dos grandes colonizadores do continente americano.

Para Novo,

É um eixo que podemos estabelecer desde o começo da docência vitoriana até meados do século XVII, dois séculos que coincidem historicamente com o predomínio da instituição monárquica espanhola, no primeiro século, e do papado agasalhado pela Companhia de Jesus, no século seguinte. Desta maneira, a Escola de Salamanca abandona sua forma circular perfeita para converter-se numa semente comum da qual brota o pensamento moderno hispano-americano. (NOVO, 2021, p.3)

No contexto da América colonial, que herdou diversos traços da escolástica europeia, principalmente do pensamento espanhol, levantaram diversas questões nessa relação para com os povos nativos do continente americano, tendo nesse novo terreno uma ação da Ordem Religiosa Jesuítica, que além de catequizar os povos que lá se encontravam se também testemunharam as relações de vulnerabilidade social desses frente aos colonizadores.

De acordo com Silva,

Do ponto de vista ético e jurídico a colonização espanhola colocou uma série de questionamentos: qual a justificativa teórica da empresa colonizadora? Qual era o direito dos conquistadores sobre as terras “descobertas”? Quais eram as relações de domínio entre eles? Quais os direitos que o Sumo Pontífice possuía, ou não, sobre essas “novas” terras? Não é nossa pretensão apresentar aqui todas as posições, porém, é oportuno dizer que são os mestres catedráticos de Salamanca que buscam responder a estas e outras perguntas; uma vez que, sobre essas e outras questões não foram poucos os pensadores e teólogos que se ocuparam e formularam as suas respostas, principalmente porque a corte espanhola os procurava. (SILVA, 2013, p.82)

Diante dessas novas problemáticas emergentes os mestres escolásticos da segunda vertente direcionaram seus estudos a essa relação metrópole x colônia, colonizador x colonizado, em que buscavam relacionar os estudos iniciais da Escolástica Clássica com os ideais humanitários que se mostravam em ascensão nos estudos em solo europeu.

A reflexão é do filósofo chileno Santiago Orrego (2010), na entrevista que concedeu, por e-mail, à IHU On-Line.cita que “Paradoxalmente, a importância da Segunda Escolástica é quase que “inversamente proporcional à atenção que de fato recebe esse pensamento em nossos países, e algo semelhante cabe dizer de Espanha e Portugal”.

Santiago Orrego segue expondo que;

Creio que isso tem a ver com o fato de que a Segunda Escolástica foi predominantemente ibérica e também com nosso lamentável complexo de inferioridade intelectual, que nos leva a estar sempre mirando as novidades que vem do Norte – o resto da Europa e Norte-américa”. (ORREGO in JUNGES e CULETTON, 2010, p.14)

Com a Segunda Escolástica se mostrando condizente em muitos aspectos das abordagens propostas pelos humanistas, sem desconsiderar a lógica divina presente nos fatos, o que se tem é o alicerçar científico de uma vertente que

abordava tanto questões sociais quanto econômicas sob uma perspectiva oriunda do pensamento clássico greco-romano, incorporando ainda nesse período estudos de outros povos e ainda, mesmo que certa resistência da lógica humanista, considerando aspecto da religiosidade no contexto dos eventos.

Vale destacar que a Escolástica teve ainda uma terceira alavancada, na qual se tem por marco a publicação da Encíclica *Aeterni Patris*, do Papa Leão XIII, que buscava reafirmar as origens escolásticas clássicas no que tange à consolidação da Cristandade, já no contexto da Idade Contemporânea, como forma de dar uma nova chamada para as questões divinas no meio existencial.

Junges e Culetton (2010) aponta que a Neoescolástica pode ser entendida como Período que vai, oficialmente, da publicação da encíclica *Aeterni Patris*, do Papa Leão XIII, no dia 4 de agosto de 1879, ou seja, na segunda metade do século XIX, até os dias presente.

Junges e Culetton apontam ainda,

De acordo com estudiosos, como, por exemplo, Campos (2001: 34-35), Rovighi (2001: 650), Hirschberger (1963: 128) e Costa (2001: 30), essa encíclica provocou uma grande profusão de estudos sobre a Escolástica e, por conseguinte, o surgimento de universidades e outros centros de estudos e de cultura voltados para a pesquisa em torno de temas que envolvem o pensamento escolástico. É por causa disso que deve-se compreender que a Escolástica não é uma escola de pensamento presa à Idade Média, mas está presente, entre outras formas de manifestação, na sociedade contemporânea (JUNGES e CULETTON, 2010, p.3)

Nessa encíclica *Aeterni Patris* o Papa Leão XIII recomenda, entre outras coisas, a restauração e uma retomada dos estudos escolásticos como forma de elucidar a Cristandade. Para o Papa, na modernidade, é preciso haver um renascimento dos estudos aprofundados sobre o homem, Deus, a natureza, a metafísica e o cosmo, direcionado a natureza divina que preside o universo.

E pelas raízes históricas no contexto da Igreja, uma das melhores correntes filosóficas que poderia consolidar tal desígnio e proporcionar tal renascimento seria a Escolástica, devido à profundidade de sua abordagem em tais temáticas, um misto de fé e racionalidade, visto que essa tendência se mostrava com melhor aceite e expansão na idade moderna, sendo um caminho para o diálogo com os novos povos sem se perder da essência doutrinária.

2.1 TRAÇOS DA ESCOLÁSTICA NA FORMAÇÃO SOCIAL DA AMÉRICA LATINA

A América como um dos locais que foram frutos da colonização portuguesa e espanhola teve em sua formação social traços da cultura europeia, em especial os aspectos ligados à Cristandade, isso devido a muitos dos pilares da colônia serem alicerçados nos ideais católicos.

Nesse aspecto de colonização é possível notar que se herdou aspectos filosóficos da metrópole, que foram adequados ao chamado Novo Mundo, dentre esses se pode destacar os estudos da Segunda Escolástica que foram trazidos para a América e disseminados pelas ações missionárias dos padres Jesuítas.

Para Pich,

De si, o ainda pouco estudado período da « Segunda Escolástica » ou « Escolástica Barroca » emerge de certos movimentos renascentistas na Península Ibérica e se consolida inteiramente ao final do século XVI e início do século filosófico colonial desse tempo é « barroco », porque é diretamente formado pela e fortemente dependente da « escolástica barroca », que caracteriza a reflexão filosófica do período nas universidades da Península Ibérica (sobretudo, Salamanca, Alcalá de Henares, Coimbra e Évora). Os intelectuais da teologia, da filosofia e do direito que atuam nas recém fundadas universidades coloniais (e instituições afins), do México ao Chile, do Equador à Argentina, são em sua maioria educados naquelas e no círculo das demais universidades por elas influenciadas, marcadas pela ascensão dos jesuítas às cátedras universitárias. (PICH, 2011, p.82)

A Escolástica que se instaurou no continente americano trouxe consigo fortes traços da cultura helenística, somado aos ideais humanistas que permeavam a onda renascentista europeia e teve ainda encontro com novas problemáticas frente à realidade dos povos nativos, fatos esses que já se mostravam pautas de discussão nos grandes centros de estudo e universidades na Europa, principalmente na de Salamanca, berço da Segunda Escolástica.

Para Pereira,

Na Escola de Salamanca, desenvolvida inicialmente pelos dominicanos e, a partir da segunda metade do século XVI, com a forte presença dos jesuítas, expressa, genericamente, o movimento não somente de renascimento do tomismo no século XVI como também o florescimento de importantes estudos em outras áreas do conhecimento humano, uma vez que, de forma positiva, seus teólogos viram-se obrigados, como já foi dito, a refletir sobre as substanciais demandas sociais e políticas suscitadas pela chegada dos europeus à América, como a questão da condição dos índios do Novo Mundo, os problemas econômicos decorrentes da formação do capitalismo moderno, enfim, a transição à Idade Moderna. (PEREIRA, 2018, p.7)

Já nas Universidades que foram criadas de imediato em algumas colônias espanholas, tais como Chile, Argentina, México e Equador, era notável que essas instituições eram altamente influenciadas pelo pensamento escolástico clássico, na obra Tomista, principalmente na questão da abordagem religiosa e isso se dava devido aos mestres universitários serem em sua maioria padres Jesuítas que foram peça fundamental no processo de colonização.

Para Pich,

Os intelectuais da teologia, da filosofia e do direito que atuam nas recém-fundadas universidades coloniais (e instituições afins), do México ao Chile, do Equador à Argentina, são em sua maioria educados naquelas e no círculo das demais universidades por elas influenciadas, marcadas pela ascensão dos jesuítas às catedras universitárias. Todos eles acompanham as tendências da « escolástica barroca » ibérica em teologia e em filosofia: (i) os temas, o método sistemático de exposição e o espírito compatibilizador entre teologia e filosofia da Escolástica dos séculos 13 e 14, em especial devido à influência das obras de Tomás de Aquino, sobretudo à Segunda Parte da *Summa Theologia*. (PICH, 2011, p.82)

Apesar de se manter mais ligada ao pensamento clássico da Escolástica, a vertente colonial foi pressionada pela lógica modernista que se prezava mais pelo racionalismo natural, em uma lógica existencial que se afastava em parte do princípio divino, que era predominante no modelo clássico da Escolástica, e ainda se mostrava bem notável na segunda vertente, mesmo que essa já tivesse incorporado vários princípios da lógica naturalista, inda sim mantinha seus ideais da abordagem sob a óptica religiosa, só que em busca de um diálogo promissor com a modernidade que implicava novas demandas.

Para Estrada,

Uma questão que tem sido amplamente discutida no contexto do supracitado debate é o da "modernidade" da Escolástica Colonial. Em essência, a pergunta refere-se ao quanto os professores de filosofia de orientação escolástica era "atualizado" com o avanço do pensamento moderno (embora a maior parte às vezes a Modernidade é limitada ao conhecimento e aceitação da física moderna). (ESTRADA, 1979, p.201)

Diante de uma realidade que gerava divergência entre a lógica naturalista das coisas, de forma puritana, pregada pelos humanistas e de outra vertente, a essência divina presente nos aspectos existenciais, a escolástica do período colonial se mostrava um espaço entremeada de abordagem entre o naturalismo lógico advindo dos ideais clássicos, que compunham os pilares da modernidade e de outro

lado às doutrinas advindas de estudos de textos religiosos em que os naturalistas a cada dia mais pressionavam pela explicação lógica do cotidiano.

Para Estrada,

É historicamente mais apropriado aceitar que o que aconteceu é o único que poderia acontecer: do século XVI ao XVIII a pressão do pensamento moderno torna-se cada vez mais intensa, sobretudo pelo prestígio da nova ciência natural; A Escolástica Colonial se vê diante da alternativa de isolamento ou a adaptação; tenta se adaptar ao ponto em que as estruturas ainda não quebrem (a ilusão, por exemplo, de modificar a física, mas não a metafísica); se eventualmente substituído. (Se a substituição significou progresso ou não depende da posição do observador). (ESTRADA, 1979, p.201)

A Escolástica difundida em solo americano tinha como problemática emergente a questão das análises da situação do processo colonizador, até que ponto tal prática se mostrava uma representação de liberdade de expansão de mercados e como esse processo deveria ser conduzido de forma ética para não impactar no direito natural e existencial dos nativos.

Enquanto em terras espanholas pautou-se o debate sobre o processo de colonização, em terras portuguesas foi se tratado de forma mais superficial as questões de direitos relativos aos povos colonizados.

Freitas (2011) cita que em Portugal, os questionamentos teológicos e morais sobre o *dominium* da América e de seus habitantes parecem não ter sido preocupações tão prementes, tais como nas escolas espanholas.

De acordo com Freitas,

Ao contrário dos vizinhos espanhóis, os teólogos e pensadores lusos não alcançaram grande destaque no assunto. Embora o debate em Portugal não tenha alcançado o mesmo fôlego do debate de Castela, não podemos negar sua influência em terras lusas. Acreditamos, portanto, na intertextualidade entre os discursos colonialistas espanhol e português. (FREITAS, 2011, p.2655)

Focando as escolas espanhola e portuguesa, cada uma com sua linha de atuação no contexto de colonização na América do Sul e Central, nota-se maior engajamento da escola espanhola nas questões sociais e humanísticas. A escola portuguesa se atentava mais para a questão religiosa, em como os colonos eram tidos como não cristãos.

Para Freitas (2015) “a sugestão de que os índios podiam ser os escravos por natureza descrita por Aristóteles foi apresentada como solução ao problema da

legitimidade dos títulos de Castela sobre o Novo Mundo. Ao mesmo tempo em que a teoria apontava respostas para um dilema político, resolvia também o problema da condição jurídica dos naturais da terra”.

Para Maia (2014) “Não é por acaso então que a filosofia portuguesa relevantemente marcada pela Escolástica resiste às novas concepções gestadas no seio de novas correntes de pensamento que passam a transitar pela cultura ocidental”.

Para Maia,

Entre os principais alvos do bloqueio instituído pela filosofia portuguesa encontra-se o empirismo, corrente eminentemente objetivista que põe a experiência como fonte última de todo o conhecimento e que por isso desestrutura os parâmetros escolásticos. (MAIA, 2014, p.1858)

Os mestres escolásticos eram notáveis pela sua capacidade de analisar sobre temáticas múltiplos olhares, sob a perspectiva da dialética aristotélica, observando ainda a conotação religiosa dos fatos, vendo uma questão causa natural nos fatos, sem desprezar a essência divina contida nos fatos.

Na questão da colonização os escolásticos tiveram participação importante no que diz respeito às garantias fundamentais para os nativos, no caso os indígenas sendo os pioneiros a tratar dos direitos desses, mesmo que isso representasse ir contra políticas legais da metrópole, esses se mostravam firmes em seus posicionamentos, principalmente os que eram provindos da Escola de Salamanca.

Para Freitas,

Durante séculos os escolásticos haviam atuado como conselheiros dos reis em questões morais e intelectuais nas várias monarquias da Europa. Na Espanha, durante os reinados de Carlos V e de Felipe II, as universidades ampliaram suas participações nos assuntos do Estado ao compor juntas onde participavam os doutos em teologia, direito civil e direito canônico. Os pareceres emitidos pelas juntas na maioria das vezes tinham a função de legitimar as decisões políticas já tomadas e, por isso, não as julgavam. Porém, nas difíceis questões morais e teológicas, como aquelas relativas aos índios, as opiniões não foram unânimes e por vezes se opuseram à política do rei. São, pois, dessa época os principais tratados sobre a natureza do índio, assim como as inovações conceituais sobre o direito natural e o direito das gentes. (FREITAS, 2011, p.2653)

Nesse contexto de humanização para com os nativos americanos destaca-se a atuação dos padres jesuítas, os precursores da expansão da Segunda Escolástica que enfatizavam a questão da religiosidade, buscando intercalar as demandas do

Estado com ensinamentos doutrinários religiosos, sendo uma forma de alinhar os interesses de ambas as frentes de poder de época no contexto de colonização.

De acordo com Raymundo,

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé. (RAYMUNDO, 1998, p. 43)

Os jesuítas tiveram papel importante no processo de ensino no período de colonização do continente americano, sendo essa ordem responsável por alfabetizar os nativos leigos e ao mesmo tempo lecionar sobre questões de Cristandade para que esses fossem batizados na fé cristã.

O papel educador da ordem era notável desde suas ações em continente europeu enquanto mestres escolásticos no contexto universitário, trazendo em seu legado o ofício lecionador, sendo o propagador da fé e da razão no contexto escolar, enfatizando o aspecto humanístico que ambas as ciências trazem.

Para Rodrigues,

A percepção de que os jesuítas estavam comprometidos com uma pedagogia humanística, com uma filosofia Aristotélica e Tomista, engendrou a conclusão de que a contribuição científica dos membros da Ordem de Inácio não contribuiu significativamente para avanços científicos posteriores. Os jesuítas passaram assim a serem tachados de obscurantistas e até mesmo como contrários à ciência moderna. Ao longo das últimas décadas a investigação histórica tem reavaliado a natureza e a extensão da contribuição dos jesuítas para as ciências modernas. (RODRIGUES, 2017, p.1)

A missão dos jesuítas era multi tarefas, atendendo a diversas demandas no contexto colonial, em que tinham a missão de alfabetização de leigos, função pacificadora entre os colonizadores e nativos, pacificadores entre conflitos que envolviam garantias fundamentais e ainda no contexto religioso de converter os pagãos à fé cristã católica e resgatar antigos fiéis dispersos para a recém-criada doutrina protestante.

Neto e Maciel, (2008) evidenciam que a Companhia de Jesus foi fundada em contexto do movimento de reação da Igreja Católica contra a Reforma Protestante, podendo ser considerada um dos principais instrumentos da Contrarreforma nessa coalizão.

Para Neto e Maciel,

Seu objetivo era tentar sustar o grande avanço protestante da época, e para isso utilizou-se de duas estratégias: por meio da educação dos homens e dos índios; e por intermédio da ação missionária, procurando converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas. (NETO e MACIEL, 2008, p.172)

Em solo brasileiro a ação dos jesuítas se mostrou altamente impactante nos primeiros séculos da colonização, pois esses se empenharam ferrenhamente na catequização dos índios e no contexto educacional, sendo os responsáveis pela estruturação do modelo educacional brasileiro que prevaleceu pelos primeiros séculos da colonização portuguesa, deixando ainda traços de sua linha escolástica até o modelo educacional contemporâneo.

CAPÍTULO III

ESCOLÁSTICA TOMISTA NO ENSINO – DA EDUCAÇÃO JESUÍTA AO ENSINO FUNDAMENTAL CONTEMPORÂNEO

Como forma de melhor compreender como se deu o desenvolvimento da educação no Brasil, vale observar a cronologia educacional brasileira, proposta por Gonçalves,

As ideias educacionais no Brasil podem ser, superficialmente, divididas em quatro períodos:

1º. 1549-1759, o monopólio da educação tradicional católica, cultivada pelos jesuítas com o apoio da Coroa portuguesa, tendo seu ápice na concepção do *Ratio Studiorum*;

2º. 1759-1932, coexistência das educações tradicionais religiosas e leigas, a expulsão da Companhia de Jesus, efetuada pelo Marquês de Pombal, a afirmação das ideias pedagógicas republicanas em bases positivistas e laicas;

3º. 1932-1969, convívio da educação tradicional laica com a crescente Escola Nova, suplantação da primeira pela segunda, formação da pedagogia tecnicista;

4º. 1969-2001, domínio da concepção produtivista, Paulo Freire, neo-produtivismo, neo-escolanovismo, neo-construtivismo e neo-tecnicismo (GONÇALVES, 2009, p.3)

Diante de tais postulados observa a presença de ideais católicos cristãos em algumas dessas fases, nas duas primeiras etapas com maior protagonismo, porém deixando nas etapas vindouras traços de seu *modus operandi*, tais fatores levam a presunção da presença do pensamento escolástico no decorrer da história educacional brasileira, visto que o escolasticismo provem de uma linhagem de pensamento emergido no âmbito da cristandade, sendo incorporado de forma subliminar em múltiplas correntes de ensino, devido ao seu alto valor filosófico.

Seguindo esse indicadores temporais formula-se essa etapa da pesquisa esmiuçando como se deu a presença do pensamento escolástico vindo do continente europeu, em cada fase de construção da educação nacional.

Chama-se atenção inicialmente à atenção para a ordem jesuíta que por meio de seus trabalhos de evangelização e catequização no período colonial propagou os ideais escolásticos no continente americano, sendo esses os primeiros a atuarem em solo nacional com um saber sistematizado.

3.1 MODELO EDUCACIONAL JESUÍTA NO BRASIL

Com a chegada dos europeus em continente americano muito da cultura do velho continente foi incorporado à realidade dos nativos, e nesse processo chamado de colonização chama-se atenção para os padres jesuítas, tendo esses um protagonismo notável nas novas terras. Teixeira Soares (1961, p. 142) afirma que a Companhia de Jesus surgiu como "uma explosão de pensamento religioso transvestido ao campo das atividades práticas. Refazer o homem, infundir-lhe espírito novo, arquetipá-lo em finalidades sociais e religiosas foi a ação da Ordem".

Para Rodrigues,

A importância desta fundamentação teórica promovida pelos mestres jesuítas ganha relevo quando se tem presente que os problemas que tocavam a liberdade dos índios, por exemplo, tinham se tornado terreno de férreas disputas entre os missionários e as autoridades coloniais, e que os instrumentais fornecidos pela filosofia ibérica mostraram-se, por vezes, insuficientes, face à complexidade dos dados do real vivido. Desta forma, teorizando a práxis missionária, os jesuítas usaram o móvel filosófico da segunda escolástica para construir um "projeto jesuítico" na América lusitana. (RODRIGUES, 2017, p.1)

Os jesuítas atuavam no setor de ensino, seja ele natural ou religioso, com suas raízes no pensamento escolástico da segunda vertente, preservando ainda ideais da escolástica clássica, no qual se levava conhecimento europeu e religioso para os nativos em que se consideravam as questões da realidade social desses povos.

Para Jungles e Culleton,

Quanto à influência da Segunda Escolástica no Brasil, há diversos aspectos a considerar. Em primeiro lugar, basta levarmos em conta que os principais expoentes do período pertenciam à Península Ibérica, para percebermos que a difusão de suas ideias esteve associada à expansão marítima e ao processo colonizador espanhol e português. (JUNGLES e CULLETON, 2010, p.1)

Com uma Escolástica de origem na cultura ibérica, que observava o contexto expansionista das grandes navegações, a adoção desse modelo no contexto educacional no período colonial vai de encontro à consolidação de ideais europeus em novos territórios, uma forma de reafirmação da Cristandade.

Para Paim, "Em conformidade com o espírito "escolástico" da metrópole, a principiante intelectualidade brasileira, durante este período que se encerra fundamentalmente com a reforma pombalina e a expulsão dos jesuítas, tem suas

obras marcadas predominantemente pelo assim chamado “saber da salvação” – denominação de Luis Washington Vita” (PAIM, 1984, p. 25).

O ideal europeu que se refletia por meio do ensino na colônia serviu de base para a formação intelectual e época, no qual, por meios dos estudos provindos das metrópoles, idealizava-se o modelo social ideal para o processo, porém sempre se observava questões que eram típicas da colônia, tal qual a questão indígena.

De acordo com Jungles e Culleton,

Essa influência deixa-se perceber em diversos aspectos da cultura e da vida administrativa do Brasil colonial. Um bom exemplo de intelectual do período é o Padre Antônio Vieira (1608-1697), nascido em Portugal, mas que veio com seis anos para o Brasil, estudou no Colégio dos Jesuítas em Salvador e passou boa parte da vida entre Portugal e o Brasil. Além de notabilizar-se pelo gênio literário que conhecemos em seus Sermões, Vieira foi defensor dos índios, opondo-se à sua exploração e escravidão, defendeu ainda a causa dos judeus, o que lhe valeu alguns problemas com os dominicanos da Inquisição. (JUNGLES e CULLETON, 2010, p.1)

Conforme se observa pelo exposto sobre umas das figuras mais notáveis da escolástica colonial, Padre Antônio Vieira (1608 – 1697) que ao mesmo tempo em que trabalhava sob um ensino de lógica colonizadora se preocupava com a questão de direitos humanos dos índios brasileiros, mostrando-se alinhado aos ideais clássicos da Escolástica. Os trabalhos dos jesuítas mostravam-se uma parte essencial no processo de colonização, visto que esses faziam uma ponte entre os povos europeus e os nativos e nesse enlace catequizavam e alfabetizavam esses.

Para Shigunov Neto e Maciel,

O trabalho de catequização e conversão do gentio ao cristianismo, motivo formal da vinda dos jesuítas para a Colônia brasileira, destinava-se à transformação do indígena em “homem civilizado”, segundo os padrões culturais e sociais dos países europeus do século XVI, e à subsequente formação de uma “nova sociedade”. (SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2008, p.174)

Os trabalhos educativos dos jesuítas na colônia tinham toda uma metodologia característica, tendo seus fundamentos nos princípios escolásticos, organizado ao estilo de currículo, e tinham conotação primordialmente religiosa, entrelaçando fé e aprendizado em uma perspectiva de ensino.

Shigunov Neto e Maciel,

O *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*, mais conhecido pela denominação de *Ratio Studiorum*, foi o método de ensino, que estabelecia o currículo, a orientação e a administração do sistema educacional a ser seguido, instituído por Inácio de Loyola para direcionar todas as ações educacionais dos padres jesuítas em suas atividades educacionais, tanto na colônia quanto na metrópole, ou seja, em qualquer localidade onde os jesuítas desempenhassem suas atividades. (SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2008, p.180)

Por meio da *Ratio Studiorum* organizava-se uma espécie de currículo escolar, tendo suas origens no trabalho de Inácio de Loyola, que se tornou um referencial do ensino que fosse regido pela ordem jesuítica onde quer que essa atuasse, vale destacar que com influência escolástica tal documento trazia traços do *trivium* e *quadrivium* que eram referenciais do ensino na Idade Média por meio da *Suma Teológica* de Tomás de Aquino.

Maia aponta que a *Ratio Studiorum* “estabeleceu regras tanto para os denominados estudos inferiores, que lecionavam as gramáticas latina e grega e ensinavam a escrever e falar de modo erudito, como para os estudos de nível universitário, os quais compreendiam três anos de filosofia (Aristóteles) e quatro de Teologia (São Tomás)”. (MAIA, 2014, p.1860)

Conforme exposto por Maia (2014), a divisão do ensino no contexto da *Ratio Studiorum* organizava de forma a ensinos inferiores que compreendiam as fases anteriores à fase universitária e a posterior, a que seria o equivalente a nosso ensino superior, no qual se formava a pessoa já com enfoque para atuação profissional.

O que se destaca é a raiz escolástica clássica nesse processo, na qual a formação superior compreendia um misto de Filosofia com raízes aristotélicas e a Teologia de Tomás de Aquino, sendo um norteador da prática pedagógica com base nas ciências que eram consideradas primordiais para a formação humana clássica.

Para Shigunov Neto e Maciel,

O *Ratio Studiorum* não era um tratado sistematizado de pedagogia, mas sim uma coletânea de regras e prescrições práticas e minuciosas a serem seguidas pelos padres jesuítas em suas aulas. Portanto, era um manual prático e sistematizado que apresentava ao professor a metodologia de ensino a ser utilizada em suas aulas. (SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2008, p.180)

Sendo um documento norteador do ensino jesuítico, a *Ratio Studiorum* representava uma forma de garantir a lógica de atuação dos mestres de ensino.

Com isso, conseguia-se alinhar ideais da ordem em qualquer lugar que esses atuassem, evitando potenciais divergências no modo de atuar.

De acordo com Ribeiro e Lopes,

Estes primórdios da educação tradicional católica brasileira foram suplantados pelo plano geral de estudos, o *Ratio Studiorum*, elaborado de 1584 a 1599, o qual possuía regras sobre os detalhes mínimos do funcionamento dos colégios jesuítas. O que se percebe no *Ratio* é uma concepção do homem constituído por uma essência universal e imutável, na qual a educação tem o papel de amoldar o homem à imagem e semelhança de Deus, pois a essência humana é uma criação divina. O tomismo é o fundamento do *Ratio Studiorum*. (RIBEIRO e LOPES, 2013, p.79)

Os princípios citados na *Ratio Studiorum* buscavam a formação de uma pessoa que observasse a essência universal, no qual se percebe uma lógica divina que regia o processo, sendo essa imutável, traços notáveis do pensamento escolástico clássico, no qual mesmo considerando a lógica natural dos fatos provinda do pensamento aristotélico, não se negava a essência divina por trás dos eventos.

De acordo com Aquino,

Amparado na perspectiva tomista, o ensino da Ordem defendia que, tendo os homens uma tendência natural para o intelecto - como defendia o pensamento escolástico, fortemente amparado na filosofia aristotélica -, o esforço da filosofia deveria apontar para a promoção das relações entre as virtudes morais, as estéticas e as intelectuais, a fim de conduzir a natureza humana ao desenvolvimento conjunto do corpo e da alma, como melhor forma de se chegar a Deus (AQUINO, 2004)

O ensino desenvolvido pelos jesuítas com base no enfoque da formação moral e espiritual do homem protagonizou os três primeiros séculos da educação brasileira, no qual se trabalhava questões de formação humana sob a lógica da Escolástica de segunda vertente, com traços humanistas e renascentistas, mas considerando fortemente as origens clássicas do pensamento no tomismo.

Para Paiva,

Malgrado a multiplicidade de teorias que influenciaram de uma forma ou de outra a trajetória da educação brasileira nos séculos XIX e XX, com extensão até os dias de hoje, durante os três primeiros séculos da colonização o processo educativo seguiu praticamente inalterado. Rigidamente amparado numa concepção religiosa de mundo, o período forjou uma escola de racionalidade dedutiva, que defendia o ensino das verdades consagradas pelo cânone escolástico, complementado, sobretudo, pelo currículo das sete artes liberais (*trivium* e *quadrivium*), bem

como de algumas atividades práticas. É o caso do trabalho educativo dos religiosos da Companhia de Jesus que por aqui aportaram em 1549 e legaram um caráter próprio à forma de educar e ao modo de pensar a organização do processo educacional como um todo. (PAIVA, 2015, p.201)

Na lógica do ensino jesuítico colonial que predominavam traços do escolasticismo barroco nota-se a essência religiosa como uma forma de difusão de mundo, de viabilizar uma potencial salvação, principalmente dos povos que ainda não tinham conhecimento da Cristandade, tais como os nativos americanos, e para garantir uma predominância de sua abordagem de ensino refutavam estudos que colocavam a questão religiosa como questionável tal qual a filosofia cartesiana.

Ferreira (2005) explana que “Os poderes estavam interessados nessa interpretação autoritária do saber e a escola jesuítica não tinha pátria porque o latim era sua língua, o catolicismo a sua ideologia e a Escolástica a sua compreensão do mundo”.

Ainda em Ferreira,

Controlando o ensino, possuindo fortes convicções, munidos dum sólido saber instrumental, os inicianos conseguiram impor a sua visão da ciência e retardar a sua introdução do novo pensamento fundado na análise sistemática e, sobretudo, impedir a todo custo a difusão da filosofia cartesiana. (FERREIRA, 2005, p. 62)

Em um cenário no qual havia predominância do ensino jesuítico, tanto países ibéricos que compunham metrópoles, tal como Portugal e Espanha, bem como em suas colônias na América foi notável a resistência à consideração de novas linhas de pensamento que gerassem divergência com o saber que tinha suas origens na lógica Escolástica.

Para Paiva,

A nobreza e o clero do Reino português foram resistentes às "heresias" do cartesianismo, do empirismo e de outras correntes teóricas divergentes. Mesmo que a leitura fosse um privilégio de poucos, talvez de uns dez por cento da população, evitavam-se os escritos dos que se ocuparam com os problemas da educação, tanto protestantes como humanistas católicos contrários à Escolástica, como o padre Rabelais. (PAIVA, 2015, p.214)

A formação ofertada pelos jesuítas, tanto na Europa quanto em terras brasileiras, além de lógica religiosa e de alfabetizar, tinha traços de natureza política, em que muitas vezes se questionava o modo de se tratar os nativos, tanto sob a perspectiva divina de direito existencial quando o prospecto humanista de direito que

emergia já na Renascença e ganhou notoriedade no Iluminismo. Segundo Reale (1959, p. 17): “é possível encontrar, sobretudo entre os moralistas do período colonial e em escritos de natureza política, alguns traços de empirismo ou de “pragmatismo”, mas é, sem dúvida, a orientação escolástica que prevalece”.

Em um cenário que os jesuítas se mostravam uma ordem forte e de grande influência no contexto europeu e das colônias americanas, por meio do Decreto-lei de três de setembro de 1759, promulgado pelo Rei D. José I, esses foram destituídos das funções de ensino no cenário português, tanto na metrópole quanto na colônia.

Para Shigunov Neto e Maciel,

A Companhia de Jesus teve suas atividades suspensas na Colônia brasileira a partir de 1759, com o Decreto-lei de três de setembro de 1759 promulgado pelo Rei D. José I. Com a promulgação da lei, o Ministro de Estado, Marquês de Pombal, exilava de Portugal e da Colônia brasileira a Companhia de Jesus, confiscando para a Coroa portuguesa todos os seus bens materiais e financeiros. Quando da assinatura do decreto pelo Marquês de Pombal, havia no Brasil 670 membros da Companhia de Jesus, incluindo noviços e estudantes, sendo repatriados para Portugal 417. Permaneceram no Brasil 253 membros, entre aqueles que ainda não haviam recebido ordens ou os noviços que foram induzidos a deixarem a ordem religiosa. (SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2008, p.187)

Tal iniciativa tinha como objetivo encaminhar ideais iluministas no contexto social tanto da metrópole quanto das colônias, como uma forma de alinhar com ideais que se mostravam em expansão nos demais países europeus e seus domínios.

Para Paiva,

Tais reflexões influenciaram diretamente o Marquês de Pombal, ministro de D. José I (1714-1777), que, como uma espécie de déspota esclarecido, intentou a modernização das instituições portuguesas, entre elas o ensino e a instrução pública. Contrário à atuação dos jesuítas, o marquês os expulsou em 1759, confiscando-lhes os bens. E foi nesse ímpeto que esse ilustrado lusitano, como expressão de um grupo contrário ao pensamento escolástico, intentou modernizar o Reino, principalmente no que dizia respeito ao comércio, à jurisprudência e à instrução pública, na perspectiva de um Estado secular. (PAIVA, 2015, p.215)

Nesse contexto de modernização do Estado, via-se os jesuítas como uma das instituições mais apregoadas às questões clássicas e sendo ainda essa responsável por um dos principais pilares da sociedade que era o ensino. Acreditava-se que com tal ruptura abriria caminhos para adoção do Iluminismo e

efetivação de ideais modernistas no contexto sociedade e conseqüentemente no processo de ensino.

Para Ramalhete,

No Brasil, a chegada e consolidação das ideias modernas e iluministas na educação é marcada por três fatos:

1º a expulsão da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal, visando à implantação do Estado Moderno em Portugal e suas colônias. Os jesuítas, desde sua chegada ao nosso território se dedicaram à educação de todos: portugueses, índios, escravos etc.

2º a fundação do Colégio Dom Pedro II, que seria modelo imposto a todas as instituições de ensino nacionais;

3º a uniformização do ensino nacional efetuada por Getúlio Vargas, através da fundação do Ministério da Educação, dos Negócios e Saúde Pública, o atual MEC (RAMALHETE, 2012)

Com a saída dos jesuítas do contexto de ensino brasileiro começava-se uma nova vertente na educação nacional, em que esperava a efetivação de ideais iluministas e adoção de novas concepções nas relações sociais. Chama-se atenção para as transformações sociais advindas no período pós-jesuíta.

3.2 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA PÓS-JESUITAS

Com a saída da ordem jesuíta da gerência do ensino brasileiro, o que se esperava era a instituição de uma nova orientação educacional afastada dos ideais religiosos e alinhada com os ideais iluministas que se mostravam em expansão no contexto da Idade Moderna, porém a situação não se deu de forma tão diretiva quanto se esperava.

Para Ribeiro e Lopes (2013, p.79) devido ao Padroado, Portugal não teve meios para desligar-se de forma tão abrupta da Igreja, com isso Marquês substituiu uma de suas principais linhas de resistência ideológica, a Companhia de Jesus, por membros da Igreja que compactuavam com as ideias modernas, que se alinhassem mais ao contexto iluminista e humanista, dando destaque aos padres da Congregação do Oratório de São Felipe Néri, ou Oratorianas.

Se a ideia era uma reformulação profunda e desvinculação total de ideais religiosos, as reformas pombalinas não conseguiram alcançar tal façanha, tendo ainda que recorrer a bases religiosas, tais como mestres de ensino, que embora trabalhavam com uma lógica mais condizente no contexto moderno iluminista, não rompiam plenamente com a lógica religiosa dos antigos escolásticos.

As reformas pombalinas tinham como objetivo adotar novas práticas de ensino, porém não se conseguiu de fato desvincular das raízes escolásticas difundidas por meio da pedagogia jesuítica, que deixou marcas profundas em diversos aspectos do ensino.

Para Maciel e Shigunov Neto,

As reformas Pombalinas foram desastrosas, pois além de extirparem o sistema educacional jesuíta, não chegaram a ser plenamente implementadas e por isto deixaram o Brasil por um longo período sem um sistema educacional organizado e abrangente, além de ser o marco inicial de uma característica da educação brasileira, aqui as ideologias educacionais não chegam nem a florescer e são podadas para dar lugar a outras (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006, p.7)

Tal transformação almejada pelo governo português vislumbrava uma verdadeira revolução no contexto de ensino com o rompimento com a ordem jesuíta, porém tal fato não se deu de forma esperada, visto que o trabalho desenvolvido pelos jesuítas estava altamente enraizado na cultura social de época, o que levaria todo um trabalho de reconstrução de conceitos e métodos.

Nesse contexto que o Iluminismo se consolidava como corrente filosófica e se notava a emergência de se observar seus postulados na realidade moderna, o Papa Leão XIII em 1879 publicou a Epístola Encíclica *Aeterni Patris*, que resgatava a lógica Escolástica de Tomás de Aquino com algumas considerações modernas, mas sem perder a cerne religiosa e aristotélica.

Para Carminati e Prata,

O recuo histórico nos levou a identificar na Epístola Encíclica *Aeterni Patris* (Da Pátria Eterna) -1879 do Papa Leão XIII, os princípios fundamentais sobre a Restauração da Filosofia Cristã conforme a Doutrina de Santo Tomás de Aquino. Como expressa um dos trechos deste documento, "...pertence às ciências filosóficas defender religiosamente as verdades ensinadas pela revelação e resistir aos que se atrevam a impugná-las. (CARMINATI e PRATA, 2014, p.1)

A partir dessa publicação, o que se percebe é uma tentativa de resgate de valores históricos em meio a um cenário modernista, em que a Escolástica ressurgiu em uma lógica neotomista, na qual se resgatam ideais de lógica, presentes no pensamento aristotélico, alinhando esses às atuais demandas da sociedade moderna, mas tendo em seu pilar a presença da divindade como fonte de inspiração humana.

Para Carminati e Prata "esta perspectiva apontada na referida Epístola, direciona os fundamentos da Igreja Católica no mundo e fortalece os valores, verdades e princípios de um tipo de pensar medieval, baseado nos fundamentos da Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino". (2014, p.1)

Nesse cenário em que a Escolástica ressurgia em pleno contexto iluminista que já embalava a formação da era contemporânea, a educação brasileira se mostrava em situação de reconstrução, que vinha desde o período pós-saída dos jesuítas, que ainda se buscava um caminho para consolidar as diretrizes nacionais de ensino.

Para Marinho,

Três matrizes filosóficas influenciaram mais fortemente os seguintes acontecimentos da educação brasileira: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com influência do pragmatismo; a fundação da USP, marcada pela filosofia francesa, determinando os rumos do estudo de Filosofia no Brasil; o surgimento das Pontifícias Católicas, representativas da marca do pensamento católico sustentado na tradição aristotélico-tomista. (MARINHO, 2012, p.217)

Já no contexto do final do século XIX e início do XX começava-se a observar a atuação de um segmento educacional provindo da Europa que influenciou fortemente na estruturação do sistema de ensino brasileiro, que seria o movimento Escola Nova. Tal movimento trazia traços de uma educação vinculada a questões sociais, tendo sua regência pelos poderes estatais, sendo esse setor o detentor das diretrizes a serem encaminhadas no processo de ensino de forma laica.

Sobre a lógica laica dos escolanovistas Saviani cita,

A bandeira da luta dos católicos contra os renovadores escolanovistas consistia, principalmente, no combate à laicização do ensino. Para a Igreja, religião e pedagogia são inseparáveis, haveria um "naturalismo pedagógico" que estabelecia a hierarquia Família, Igreja e Estado como responsáveis pela educação. Esse argumento teria um "caráter filosófico-teológico, tendo, pois, sentido universal, fundamentado na filosofia perene sistematizada, a partir de Aristóteles, por Santo Tomás de Aquino" (SAVIANI, 2007, p. 258)

Na realidade educacional brasileira do início do século XX o que se percebia era uma tendência transformista, principalmente na estruturação estatal do ensino, visto que no Governo de Getúlio Vargas institui-se o Ministério da Educação em 1930. Na Constituição de 1934 assegurava a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário público e anos antes tinha-se a fundação da primeira universidade

brasileira, em 1920, pelo Decreto nº 14.343, em que foi criada a Universidade do Rio de Janeiro. Com o espaço educacional se amoldando estruturalmente o debate das correntes filosóficas se acirravam cada vez mais.

Para Saviani,

O conflito filosófico entre aristotélico-tomistas e pragmatistas, representados por católicos e escolanovistas, na Associação Brasileira de Educação (ABE), motivou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, como resultado da IV Conferência Nacional de Educação. Tudo isso trouxe como consequência a retirada dos educadores católicos da ABE e a fundação da Confederação Católica Brasileira de Educação em 1933 (SAVIANI, 2007)

Em um cenário de divergências de ideais, a neoescolástica se mostrava uma vertente que esbarrava em alguns dos preceitos dos escolanovistas, tais como a dissolução do ensino e religiosidade, fato que rompia a lógica construída pelo tomismo em que se buscava o diálogo entre o preceito natural e a lógica divina.

Para Pagni,

Afirma que Anísio Teixeira esboçou, nessa tentativa, superar esses limites da moral transcendental e da psicologia, que denominava uma 'nova' teoria moral que, inspirada em Dewey, negou todo e qualquer destino pré-concebido e teleologia, para afirmar a vida, entendida como um jogo, cheio de acidentes e incertezas, cabendo ao homem dar sentido a ela e dirigi-la. (PAGNI, 2001, p.189)

Em um contexto em que se desenvolviam diversas vertentes de pensamentos filosóficos, a educação brasileira do século XX tinha marcas de três correntes mais específicas, conforme aponta Silva (2004, p.29) “Tomás, Kant e Dewey propõem modelos de teoria do conhecimento a partir dos quais constroem sua respectiva filosofia da educação; encontramos diante de tradições filosóficas diferentes: respectivamente, o tomismo católico, o iluminismo alemão e o pragmatismo norte-americano”.

Para Silva,

Para tanto, três pilares passam a ser importantes para a ciência e a filosofia contemporânea:

1. Estudar os fatos conscientes, garantindo uma antropologia completa;
2. Abandonar aquela metafísica idealista que nega a possibilidade de conhecimento exterior, atendo-se mais à cognoscibilidade dos estados da consciência;
3. Assimilar a valorização crescente atribuída à experimentação. (SILVA, 2004, p.29)

Conforme se nota pelo exposto por Silva (2004), as demandas filosóficas do século XX e XXI vão de encontro a uma lógica que considere fatores racionais provindo de uma essência científica. Foi nesse cenário de intensidade que a educação brasileira se desenvolveu intensamente na primeira metade do século XX, em que se buscava a melhor compreensão do que, como e para que se devia ensinar.

Para Silva,

Em ambas propostas, escolanovismo e intelectuais católicos, pulsava o desejo de configuração da alma nacional, desde o início do século um desafio ingente à intelectualidade nacional. Entretanto, os católicos não aceitavam, como difundido no Manifesto, as ideias de laicidade no ensino, da co-educação dos sexos e do monopólio da educação pelo Estado. (SILVA, 2004, p.37)

Os escolanovistas, em alguns pontos se aproximavam dos ideais dos neotomistas, no que se refere à expansão da escolarização, porém cada um com uma visão de mundo divergentes. A laicidade seria um dos pontos altos da divergência, pois apesar de considerar a lógica natural e problemas sociais, os novos escolásticos não conseguiam tolerar a exclusão de preceitos religiosos do processo de ensino, seria o mesmo que excluir a lógica divina da aprendizagem.

Para Horkheimer (1976) aponta que os “tomistas modernos descrevem de vez em quando a sua metafísica, suplemento benéfico ou útil ao pragmatismo, e eles provavelmente têm razão”.

Seguindo em Horkheimer

De fato, as adaptações filosóficas das religiões estabelecidas preenchem uma função útil para os poderes constituídos: transformam os remanescentes do pensamento mitológico em mecanismos viáveis para a cultura de massas. (HORKHEIMER, 1976, p.73)

As demandas emergentes da sociedade contemporânea trazem consigo novas demandas e com isso a escola se torna um ambiente em que se tem que adequar-se às novas realidades. Mesmo que se busque manter ideais clássicos, ainda assim é preciso se adequar aos novos contextos e nessa lógica o neotomismo se mostrava uma corrente em processo adaptativo, observando problemas sociais e estruturais do ser humano do século XX. Para Ghiraldelli, “contudo, apesar do combate da Igreja ao escolanovismo, em determinada altura ficaram claras as

virtudes do ideário da Escola Nova que, afinal, ganhava adeptos velozmente na vanguarda do professorado”. (2009, p. 42).

Sobre essa adaptação do escolasticismo moderno para melhor se adequar às demandas, Saviani postula “O resultado foi um escolanovismo católico neotomista, hierarquizado, baseado no princípio de autoridade, privilegiando a ordem sobre o progresso e considerando que o povo deveria ser “conduzido por uma elite responsável, formada segundo princípios da reta moral cristã”. (2007, p. 259)

Para Horkheimer,

A ontologia neotomista, feita de encomenda, corrompe o núcleo das ideias que proclama. O fim religioso é pervertido em meios mundanos. O neotomismo pouco se preocupa com a crença na Mater dolorosa por si mesma, um conceito religioso que foi a inspiração de tanta grande arte e poesia. Ele se concentra na crença como um excelente remédio para as dificuldades sociais e psicológicas dos nossos dias. (HORKHEIMER, 1976, p.76 – 77)

No contexto da sociedade brasileira do século XX o que se tem é uma demanda emergente de industrialização, crise política e necessidade de alfabetização como forma de profissionalizar as classes trabalhadoras. Nesse viés, o campo educacional demandava cada vez mais ações que fossem de encontro a essas temáticas, com isso filosofias como o neotomismo direcionavam suas abordagens.

Para Marinho,

No final da década de 1950 e início dos anos 1960, devido à industrialização, à aglomeração urbana, ao direito de voto condicionado à alfabetização etc., aumenta a mobilização popular em torno da cultura e da educação. Nesse período, para boa parte da Igreja, a educação não era mais sinônimo de catequese, mas de conscientização e politização do povo, ou seja, de educação popular que não mais significava somente o desenvolvimento da instrução pública em um sistema nacional, universalização da educação elementar e erradicação do analfabetismo. (MARINHO, 2012, p.220)

Nessa perspectiva de uma educação como prática social emerge a figura de um filósofo da educação que se preocupava com tais questões, Paulo Freire, e esse personagem toma protagonismo devido a suas propostas progressistas de viabilizar um ensino para todos, principalmente os marginalizados que não tiveram oportunidade de alcançar sua escolarização, e para isso ele recorre a um dos princípios da lógica escolástica herdada do aristotelismo, que seria a dialética.

Para Marinho,

O pensamento de Paulo Freire surge, nesse cenário, como proposta educacional de libertação do homem oprimido através de um processo de conscientização, seguido de uma práxis libertadora: transformação da consciência ingênua em consciência crítica; comunicação dialógica; respeito e igualdade entre educando e educador. (MARINHO, 2012, p.221)

Uma das semelhanças entre as abordagens das obras de Freire e o Escolástico Tomás de Aquino seria a resistência por parte do contexto social de época. Enquanto as obras escolásticas foram confrontadas pela patrística e posteriormente pelo humanismo e iluminismo, a obra de Freire no contexto brasileiro foi condenada pelos governos militares, que perdurou de 1964 a 1985, pois era vista como um método subversivo.

Para Silva e Nahur,

Ao tempo de Tomás de Aquino e de Paulo Freire, respectivamente, educação e cultura não deixam de enfrentar, sobretudo, por parte de todos aqueles que, incomodados com a formação de sujeitos reflexivos e emancipados, preferem desqualificá-las com retóricas falaciosas, camuflando por trás delas intentos instrumentalizadores e manobras sorrateiras de toda sorte. (SILVA e NAHUR, 2020, p. 1242).

Como cerne de ambas as filosofias, tanto a Escolástica quanto a de Paulo Freire se baseiam na arte do diálogo como forma de aproximação entre partes, e por meio do dialogismo, com raízes na obra aristotélica, buscou-se intercalar fatores, no caso da Escolástica a fé cristã com demais ciências vinculadas ao naturalismo, já na obra freiriana prezava-se pela aproximação da teoria científica da realidade do aluno.

Para Teixeira,

Tomás de Aquino, se utilizando do método dialético, aperfeiçoou a sua época ficando conhecido como escolástico, e com isso trouxe uma nova forma de pensar para o sujeito, unindo outras ciências à fé cristã. Paulo Freire, também adepto do método dialético, defendia o conhecimento científico, mas relacionando com a realidade do aluno. (TEIXEIRA, 2016, p.18)

Diante da aproximação das ideias de Freire com princípios da neo escolástica, o que se tinha era uma pedagogia social em que mesmo com abordagens com lógicas separadas por alguns séculos buscava-se em comum a universalização do acesso à aprendizagem para todos enquanto seres humanos

detentores de direitos humanos e sociais de serem inseridos na prospecção de ensino.

Silva e Nahur (2020) apontam que, esse ladeamento dialogal entre Tomás de Aquino e Paulo Freire tem como premissa o respeito entre a distância multissecular dessas duas existências pessoais e dos modelos de sociedade em que atuaram.

Silva e Nahur,

Tomás de Aquino aposta na inteligência, no estudo e na universidade como matriz formadora da humanidade, enquanto Paulo Freire vive e busca irradiar, na sociedade brasileira e global, a proposta crítica e criativa de uma filosofia da educação e de uma pedagogia libertadora, reabrindo o caminho para uma humanidade responsável e solidária, mas ambos não veem outra possibilidade para essa construção que não passe por uma educação e cultura de qualidade oferecida como oportunidade a todos os seres humanos. (SILVA e NAHUR, 2020, p. 1242).

Tendo sofrido influência do pensamento de Freire, a educação brasileira passou por mais um período de mudanças no final da década de 1980, em 1985, com o advento das “Diretas Já” e retomada da democracia, momento em que retomava-se o debate da educação cidadã e democrática. A essência social retomava debates, inclusive no campo da educação.

Para Ghiraldeili,

O questionamento da hegemonia da racionalidade e dos valores da modernidade já estava presente na Teoria Crítica dos pensadores da Escola de Frankfurt com três temas recorrentes: a dialética da razão iluminista e a crítica à ciência; a dupla face da cultura e a discussão da indústria cultural; e a questão do estado e suas formas de legitimação na moderna sociedade de consumo (GHIRALDELLI, 2009).

Assim, esperava-se reorganizar o Estado brasileiro em uma perspectiva cidadã e para tal um ensino que se mostrasse preocupado com as necessidades emergentes era algo necessário, principalmente nos anos iniciais, que compreendem a base da formação crítica no processo de ensino.

Destaca-se nesse contexto de retomada de reorganização do Estado brasileiro com a promulgação de uma lei que refletia os princípios da educação cidadã, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96, que deu ênfase às diversas modalidades de ensino como algo necessário à prática social, e nessa relação direciona-se a observância nessa nova realidade, traços da neoescolástica ainda se fazem presentes, principalmente nos anos iniciais no qual se trabalha diversos aspectos de valores sociais e formação lógica.

3.3 PRINCÍPIOS DA ESCOLÁSTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL CONTEMPORÂNEO

Ao adentrar no século XXI o que se nota é a educação brasileira ainda buscando consolidar preceitos que se almejam desde séculos atrás, tais como universalização do ensino básico, alfabetização das massas populares e ensino como prática de liberdade. Nesse contexto enfatiza-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96, em que pautas ideais da modernidade e pós-modernidade para formação humana no processo de aprendizagem.

Para Santos,

O fato concreto é que em vários países (EUA, Inglaterra, França, Brasil, etc) pensadores tomistas e/ou seguidores de outras correntes de pensamento tem se dedicado a pensar o conceito, os problemas e as possibilidades de aplicação da pós-modernidade. Essas possibilidades de aplicação são postas tanto no campo teórico como também dentro dos mundos sociocultural. Com esse amplo movimento tem-se, mesmo que de forma provisória, um tipo de tomismo pós-moderno. (SANTOS, 2016, p.32)

No contexto do ensino contemporâneo brasileiro chama-se atenção para a consolidação de um currículo nacional, formando uma base nacional comum curricular – BNCC, delimitando o que seria necessário aprender em cada fase do ensino: Infantil, Fundamental e Médio, e nesse contexto organizacional observa-se os princípios regentes do Ensino Fundamental.

De acordo com a BNCC,

Assim, ao iniciar o Ensino Fundamental, os alunos possuem vivências, saberes, interesses e curiosidades sobre o mundo natural e tecnológico que devem ser valorizados e mobilizados. Esse deve ser o ponto de partida de atividades que assegurem a eles construir conhecimentos sistematizados de Ciências, oferecendo-lhes elementos para que compreendam desde fenômenos de seu ambiente imediato até temáticas mais amplas. (BRASIL, 2016, p.331)

Ao se observar os princípios do Ensino Fundamental sob a prospecção do neotomismo, corrente desenvolvida ao longo do século XX e XXI e que abrange questões clássicas e emergentes, deparamo-nos com o postulado de Santos, que delimitou os cinco problemas que essa corrente aborda, no qual se observará cada um deles dentro do contexto do Ensino Fundamental Anos Iniciais.

O primeiro problema é a lógica. De acordo com Santos (2016) “Trata-se de um problema central na filosofia produzida no século XX. Tomás de Aquino ajudou a interpretar o pensamento de Gottlob Frege, apontado como o fundador da lógica moderna e um dos maiores filósofos da linguagem do século XX”.

A lógica como objeto de sequência de pensamento natural é um dos instrumentos que facilita a sintetização da aprendizagem, no qual por meio de experiências prévias consegue-se situar o conteúdo teórico em sua vivência, dando significado a esses aspectos. Partindo desse princípio de lógica, direciona-se o enfoque como essa é abordada no Ensino Fundamental, principalmente nas séries iniciais, no qual se trabalha os primeiros passos de ensino sistematizado e sequencial.

Sobre a importância da lógica no Ensino Fundamental Anos Iniciais, a Base Nacional Curricular Comum – BNCC aponta,

O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão de si mesmos. (BRASIL, 2018, p.58)

Conforme se observa, pelo postulado no texto de referência da BNCC, a lógica, a criatividade e a criticidade são princípios norteadores do aprendizado, no qual, por meio dessas, parte-se do princípio filosófico de se questionar e avaliar respostas dispostas, considerando ainda nesse contexto as questões culturais, interações com novas tecnologias como forma de compreensão social e de si.

Observando ainda necessidade do logos existencial como ponto de partida de aprendizado, no qual se valoriza a carga de saberes já adquirida antes do período escolar, a BNCC faz menção a esse fato como um item primordial para a lógica sequencial da sintetização de conteúdos.

De acordo com a BNCC - Ensino Fundamental Anos Iniciais,

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. (BRASIL, 2018, p.58)

O princípio da lógica no contexto de aprendizagem no Ensino Fundamental Anos Iniciais, conforme disposto na BNCC, abrange princípios comunicacionais e quantitativos, tanto em matéria de argumentação, um ponto abrangido na dialética, quando na lógica-matemática, na capacidade de se resolver problemas. De acordo com uma das competências específicas de matemática para o Ensino Fundamental “Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo”. (BRASIL, 2018, p.267)

Seguindo pela abordagem de Santos, trata-se do segundo problema analisado pela neoescolástica, que aborda a filosofia analítica e os estudos no campo da linguagem, sendo os estudos da linguagem vinculados ao princípio dialético e lógico. De acordo com Santos (2016) “De um lado, um dos mais importantes campos de investigação da contemporaneidade é a filosofia analítica e suas respectivas investigações ligadas, dentre outras, às questões do método, da ciência, da linguagem e todos os campos de aplicação dessas questões no mundo sociocultural”.

Sob a análise da linguagem, vale observar desde a escolástica clássica, traços na obra de Tomás de Aquino, no qual se menciona os caminhos lógicos que constituem o processo de compreensão de alguma temática para se ponderar sobre essa, sendo necessário um saber prévio do objeto como ponto de partida.

Tomás de Aquino escreveu no *De Magistro*:

Deve-se dizer que as coisas sobre as quais somos ensinados por meio da linguagem, sob certo aspecto as conhecemos, e sob outro, as ignoramos. Se, por exemplo, nos querem ensinar o que é o homem, é necessário que já saibamos alguma coisa sobre ele, isto é, que tenhamos o conceito de animal ou de substância, ou ao menos o de ente, que não pode ser-nos desconhecido, e assim também, quando nos queiram explicar alguma conclusão, é necessário que já saibamos o que é sujeito e predicado, e que conheçamos também os princípios pelos quais a conclusão nos é ensinada, pois todo ensinamento procede de um conhecimento prévio. (AQUINO, 2004, p.54)

Quando se aborda a questão da linguagem em um conceito escolástico, desde a era clássica até a neoescolástica, o que se tem é a essência da dialética, seja por meio da escrita ou da fala, valorizando a sequência lógica de ideias para melhor compreensão da mensagem, como objeto de interlocução como algo necessário para relacionar com os demais temas que emergirem.

Para Teixeira, “A dialética e a escolástica (*lectio, expositio, quaestio, disputatio*) tornaram-se fundamentais nas questões colocadas pela sociedade que corroborou na produção de novos conhecimentos”. (TEIXEIRA, 2016, p.52). A dialética trabalhada na escolástica, com fundamentação aristotélica, se mostrou um método promissor no que tange à análise da conjectura de uma situação como forma de melhor se posicionar frente a essa, tendo por base saberes já pré-adquiridos de outros momentos, e com essa carga se mostrar munido de argumentações lógicas.

Quando se aborda a questão da linguagem e argumentação no contexto do Ensino Fundamental Anos Iniciais, nota-se uma preocupação frente a essa abordagem, pois se entende que essa compreensão das práticas de linguagens se tem a oportunidade de progressão do conhecimento, bem como da consolidação das aprendizagens anteriores.

De acordo com a BNCC,

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. (BRASIL, 2018, p.58)

O uso da linguagem como objeto de integração é um caminho a ser trilhado quando se contempla um espaço multicultural como a escola, em que se busca despertar a consciência humana e o dialogar com realidades múltiplas se faz primordial na lógica do conhecimento, em que diferentes postos de vistas são confrontados.

A BNCC aponta objetivos da linguagem no Ensino Fundamental,

Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo. (BRASIL, 2018, p.64)

Em um contexto inclusivo a linguagem tem papel diversificado, no qual por meio de integração de novas formas comunicacionais deu-se voz a novos segmentos, tais como os surdos-mudos, que tem como língua oficial no Brasil a Libras – Língua Brasileira de Sinais. “No Brasil, com a Lei nº 10.436, de 24 de abril

de 2002, oficializou-se também a Língua Brasileira de Sinais (Libras), tornando possível em âmbito nacional”. (BRASIL, 2018, p.70)

Nesse prospecto de lógica, linguagem, dialética, tem-se a terceira abordagem apontada por Santos (2016) “sobre os neoescolásticos que são os debates e as investigações envolvendo a educação e, por conseguinte, a filosofia da educação. Os séculos XX e as primeiras décadas do XXI presenciaram um intenso debate filosófico, e também no campo das demais áreas das humanidades (história, direito, sociologia, etc), em torno da educação”.

Os debates acerca da educação nas décadas finais do século XX e iniciais do século XXI, a busca do ensino de qualidade em alinhamento com a diversidade que se mostra à sociedade do século XXI é um dos grandes desafios dos educadores contemporâneos, e para tal se busca a organização lógica dos processos do ensino por meio de ferramentas como currículos.

Vale observar o disposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, em seu artigo 26.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)(BRASIL, 1996, p.1)

Destaca-se a importância do currículo quando se almeja uma educação de qualidade, visto que por meio desse instrumento tem-se a oportunidade de se redistribuir conteúdos de forma sequencial e lógica, em que esses se dialogam entre si em um contexto multidisciplinar, para que os conteúdos passem a ter expressividade na vida do aprendiz.

De acordo com a BNCC,

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, é importante valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos, entre outros). (BRASIL, 2018, p.354)

Dar sentido ao processo educativo na vida dos alunos é promover um saber com significância que vá de encontro à prática cotidiana do aprendiz, sendo um ponto de reflexão da sociedade em que se convive, no qual a partir dos novos

conhecimentos sobre os fenômenos sociais faz-se uma releitura do seu campo de atuação. Nessa abordagem da educação enquanto matéria do campo de ciências humanas de alto impacto social, emerge num contexto de transformação acelerada no século XXI em que grupos sociais vêm buscando a conquista de espaços e representatividade social.

De acordo com a BNCC - competências específicas de ciências humanas para o Ensino Fundamental,

Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p.12)

Observando a questão humanística e social que permeia o processo educativo, no qual se almeja uma educação que seja reflexo de identidade social, no qual se valorize a lógica existencial e o aprendizado seja um caminho que vá de encontro à realidade dessa problemática, sendo um instrumento de fomento à transformação do meio.

Seguindo a lógica humanista, que se carece no contexto educacional de valorização de experiências e do caráter humanístico do processo, adentramos no quarto problema abordado pelos neoescolásticos, que envolvem debates, problemas e desafios no campo da ética, da bioética e dos direitos humanos. Para Santos (2016) “De um lado, a sociedade contemporânea é marcada por um intenso debate sobre problemas como limites, possibilidades, avanços e ameaças à dignidade da pessoa humana”.

Sobre os aspectos de ética, debate e crítica reflexiva sobre a sociedade e suas relações humanas é possível notar tal abordagem nas obras escolásticas desde o período clássico, do Tomismo, até a sua vertente atual, em que se pondera sobre tais aspectos como pautas fundamentais a serem discutidas.

Para Santos,

A obra do Aquinate, que desde o século XIII está voltada para problemas ligados à ética, é convocada a ser, no atual modelo societário, um espaço de debate, crítica, reflexão e a criação de proposições que visam esclarecer e orientar os grandes debates no campo da ética, da bioética e dos direitos humanos. (SANTOS, 2006, p.31)

No contexto de ensino, mais especificamente no Ensino Fundamental, é possível notar tais preocupações sobre ética, valorização humana e tolerância em seus objetivos, que se mostram alinhadas com as mesmas indagações da nova escolástica sobre tais matérias.

Observa-se assim o artigo 32º da LDBEN 9394/96,

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996).

Conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional o que se tem como pilares do Ensino Fundamental na formação cidadã, além dos saberes técnicos, são princípios de tolerância baseada em valores sociais e no fortalecimento do vínculo familiar. Diante de tais princípios se faz notável a tendência do respeito à diversidade cultural e as múltiplas relações sociais que se mostram presentes no processo de ensino, carecendo sempre da observância de princípios éticos como forma de bom rendimento para os envolvidos.

Sobre a lógica de respeito e tolerância na LDBEN tem-se uma abertura que se mostra condizente com tal pauta, a facultativa matrícula em Ensino Religioso no Ensino Fundamental como forma de respeito à diversidade de credo e concepção ética que abranja valores universais.

Para a LDBEN 9394/96,

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997) (BRASIL, 1996)

Ao preconizar a presença de uma disciplina religiosa enquanto matéria optativa no currículo, o que se nota é que a questão da religiosidade é

compreendida como uma base para a formação ético-moral do indivíduo, sendo ainda um caminho para trabalhar a tolerância quanto à opinião do outro.

Na BNCC citam-se as competências do Ensino Religioso no Ensino Fundamental

- a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos;
- b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos;
- c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;
- d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania. (BRASIL, 2018, p.436)

Além de ser uma base para se trabalhar valores filosóficos e éticos da pessoa, o ensino religioso permite também trabalho de multiculturalismo na educação, sendo um espaço para se observar traços antropológicos que regeram a formação de cada grupo social e qual a lógica usada para justificar sua existência e propósito de vida. Na BNCC cita-se uma das competências específicas de ensino religioso para o Ensino Fundamental “Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente”. (BRASIL, 2018, p.439)

Faz-se necessário trabalhar o respeito à diversidade enquanto princípio ético, sendo uma lógica necessária para a convivência pacífica entre os povos que devem buscar por meio do diálogo um caminho para o desenvolvimento coletivo. Diante dessa perspectiva, ao se colocar tais premissas em nível curricular de etapas iniciais do processo de ensino abre-se um viés para superar paradigmas históricos que envolvem preconceitos quanto às crenças, origens, raças e demais aspectos que nos diferenciam. Assim, observam-se competências específicas de ciências humanas para o Ensino Fundamental na BNCC “compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos”. (BRASIL, 2018, p.358)

O conceito de sociedade plural é um dos pontos altos do que se denomina pós-modernismo, uma abordagem do contexto sócio-cultural da sociedade contemporânea, sendo exatamente esse o quinto e último problema abordado pela

neoescolástica, a pós-modernidade. Para Santos (2016) “O fato concreto é que em vários países (EUA, Inglaterra, França, Brasil, etc) pensadores tomistas e/ou seguidores de outras correntes de pensamento tem se dedicado a pensar o conceito, os problemas e as possibilidades de aplicação da pós-modernidade”.

A pós-modernidade compreende o advento do avanço social e tecnológico da sociedade atual, abrangendo novos desafios de como incluir o máximo de pessoas possível nessa onda desenvolvimentista.

No contexto da pós-modernidade deparamo-nos com duas correntes vinculadas à Escolástica, sendo essas o tomismo analítico e o tomismo pós-moderno, expressões do neotomismo, que demonstram a grande capacidade que o tomismo possui de ao mesmo tempo apresentar a perenidade das ideias de Aquino em um contexto clássico da Escolástica clássica, bem como de dialogar com as estruturas do pensamento contemporâneo.

Para Hibbs,

É preciso ter consciência de que o tomismo analítico não é a única expressão filosófica dentro do tomismo, que surgiu no final do século XX e que está desenvolvendo-se no início do XXI. Nesse mesmo período histórico surgiu o chamado *tomismo pós-moderno*, representado, em grande medida, pela pesquisa de Alasdair MacIntyre (HIBBS, 1993, p.12).

A abordagem da pós-modernidade na perspectiva neoescolástica analisa fenômenos não propriamente pelo tempo histórico, mas sim pelo tempo de sua aplicação, portanto, nessa lógica, os conteúdos clássicos podem ser facilmente incorporados em contexto lógico-casual.

De acordo com Almeida,

No mundo neoescolástico os projetos são definidos não pelo tempo histórico, mas pelo tempo de sua aplicação. Portanto, mesmo que seu conteúdo seja “histórico”, sua forma é lógico-causal, cronológica, a qual subordina os conteúdos dos projetos, igualando todos pelo formato oficial. (ALMEIDA, 2005, p.27)

A pós-modernidade, no que tange a desafios, se mostra herdeiro de problemas seculares, tais como a necessidade do trabalho coletivo, a questão da valorização e respeito à diversidade por meio da democracia e a de se garantir acesso a itens ditos essenciais ao máximo de pessoas possíveis. No campo filosófico os aspectos sociais e comunicativos se arrolam às questões tecnológicas,

no qual emergem novos questionamentos, tais como modos de linguagem e método de diálogos.

Para Hirschberger,

O século XXI também deverá ser um século guiado pela reflexão filosófica neotomista. Em grande medida, isso acontecerá porque o século XXI herdou as preocupações e angústias do século XX. Entre essas preocupações cita-se: o individualismo, a crise da democracia, os diversos problemas científicos e os novos-velhos problemas filosóficos, como a linguagem e o método. O século XXI necessita da “tranquilidade e do realismo sóbrio” (HIRSCHBERGER, 1963, p. 127)

Em uma lógica de desenvolvimento acelerado, a pós-modernidade se mostra um advento que cobrará e muito de quem for atuar frente ao processo de ensino, principalmente nas fases iniciais, no qual se devem instituir as bases do aprendizado significativo. Dessa forma, interpretação e reflexão se voltam para a compreensão do mundo. A Educação, diante dessa realidade, se volve a prestar ajuda ao aprendiz. “O professor não pode manipular a busca do bem, da justiça, dos valores. Ao contrário, é preciso ajudar o aluno na deliberação entre o bem e o mal e entre o bem maior em relação a um bem menor”. (CAMPOS, 2016, p.7)

No contexto dos processos de ensino, em especial o Ensino Fundamental, nota-se que um dos grandes desafios da pós-modernidade é a concepção de um ensino de qualidade que forme um cidadão pleno e com capacidade crítica para lidar com as demandas sociais do momento.

Sobre os aspectos de qualidade e avaliação para se ter métricas do ensino, observa-se os artigos 4º e 9º da LDBEN 9394/96.

Art. 4º

IX – padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022) (BRASIL, 1996, p.1)

Art. 9º

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; (BRASIL, 1996, p.1)

Como é notável pelas diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases no que tange ao processo de avaliação como forma de métricas de análise se qualidade, o que se

almeja é a construção de um saber moderno que demanda nova concepção de sociedade, muitas vezes pautada em individualidade, mas evocando também para o coletivo como formação de identidade.

Na BNCC aborda-se o contexto do ensino na contemporaneidade,

Na modernidade, a noção de indivíduo se tornou mais complexa em razão das transformações ocorridas no âmbito das relações sociais marcadas por novos códigos culturais, concepções de individualidade e formas de organização política no mundo ocidental. Em meio às mudanças, foram criadas condições para o debate a respeito da natureza dos seres humanos, seu papel em diferentes culturas, suas instituições e sua capacidade para a autodeterminação. (BRASIL, 2018, p.566)

Conforme se observa, a pós-modernidade demanda novas concepções na formação do pensamento. Mesmo herdando problemas históricos, traz consigo reflexões sobre como a sociedade toma seus rumos em um contexto de grande troca de informações, sendo cada vez mais desafiador trabalhar com matéria de ensino devido à rigorosidade que esse processo implica atualmente em busca de verdades por meio da criticidade. Para Gomes (2020, p.1) “A grande contribuição oferecida por Tomás de Aquino à Educação está no fato de colocar a verdade no cerne da questão. A busca da verdade não pode ser omitida no processo educacional e o professor deve ser muito bem definido como profissional consciente do seu trabalho de educar”.

Nesse contexto pós-modernista é possível notar a presença da obra escolástica de Tomás de Aquino, na qual as preocupações eminentes das novas correntes da escolástica que ainda trazem conseguem traços do período clássicos se mostram condizentes com as problemáticas contemporâneas do ensino, principalmente nos anos iniciais, em que se abordam os aspectos de formação de identidade e lógica de aprendizado, mostrando o quão o pensamento escolástico se mostra atemporal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Emergida em um cenário da Idade Média, considerando aspectos da fé cristã e da obra de Aristóteles na formação de uma lógica natural sem desprezar a essência divina, a Escolástica se mostrou um dos movimentos filosóficos/teológicos mais promissores desde sua fundação, tendo como protagonista Tomás de Aquino, tendo perpassado séculos e se mostrado atual diante de demandas sociais que requerem análise com lógica e dialética.

Sendo uma corrente emergida no contexto do catolicismo, essa confrontou os ideais da Patrística, corrente filosófica que predominava na Idade Média, no qual se adotava a obra divina da bem como a fé como justificativa para os fenômenos presentes na vida humana, e fazia um paralelismo com as obras de Platão e suas alusões ao mundo espiritual.

Já a escolástica dialogava com as obras de Aristóteles, buscava nessas a lógica existencial como algo atrelado ao livre arbítrio, que muitos dos atos relacionados com as ações humanas estão intimamente ligados à causa consequência das ações feitas sob consciência. Foi graças ao movimento escolástico que a instituição universidade se propagou na Europa, visto que as atividades desses mestres estavam atrelados a prática de ensino, em que esses eram abertos a mais pessoas, diferente no contexto da patrística, se trabalhava disciplinas que não eram totalmente relacionadas a doutrina cristã católica, embora era notável ainda presença de ideais em um currículo oculto.

Mesmo com o fim da Idade Média a escolástica sobrevive, sendo reconfigurada as novas demanda da Idade Moderna, sendo que a grande responsável por esse renascimento a Escola de Salamanca na Espanha, que incorpora ideais da escolástica clássica, em paralelo com os ideais humanistas emergentes nesse início de nova fase social, com isso distanciava-se mais dos ideais cristãos católicos e aproximava mais profundamente das obras clássicas Greco-romanas.

Mesmo se amoldando conforme as necessidades de cada época, como na Escolástica Barroca/Segunda Escolástica, em que se dialogava com as lógicas humanistas e iluministas em uma realidade de expansão comercial e colonização de novas terras, a Escolástica, por meio dos jesuítas, mantinha sua essência de valoração de questões humanitárias, promovendo essas por meio da prática do

ensino e questionamento do modo que se tratava as pessoas, sejam elas cristãos ou não.

Foi por meio do trabalho dos mestres escolásticos, principalmente os da segunda corrente, já iniciada no contexto da Idade Moderna que se vislumbrou diversos aspectos que mais tarde dariam bases para ciências do Direito Internacional e das ciências econômicas liberais, trazendo também temáticas relacionadas aos Direitos Humanos nas questões existenciais e de livre arbítrio.

Com a aproximação de preceitos humanísticos contidos na religiosidade, com a racionalidade advinda da ciência moderna que foi base para o humanismo e iluminismo, os escolásticos dialogavam em meio acadêmico, em que eram veteranos das universidades, devido a sua forte reelação com essas instituições desde sua fundação, de como seriam as matérias sociais desse novo contexto emergente no Estado Moderno.

Sendo uma filosofia que se amoldou às implicações do tempo, nas na transição da Idade Moderna para a contemporânea temos sua nova forma instituída por meio de ação do Papa Leão XIII, que propões novas abordagens dentro de sua lógica, dando assim início à Neo escolástica, que trata de demandas modernas e pós-modernas, sendo essa uma importante corrente filosófica que influenciou o ensino brasileiro, herdando traços da segunda escolástica e incorporando valores contemporâneos.

Em terras americanas a escolástica contida na pratica dos jesuítas se mostrou um fator de significativa importância no processo educativo, foi por meio do trabalho desses educadores que a maioria dos países sul e norte americanos deram seus primeiros passos na consolidação de sistemas ensino.

No processo de formação do Estado brasileiro percebeu-se a influência tanto da Escolástica Barroca quanto da Neo escolástica, em que a primeira se fez presente principalmente com o ensino jesuíta e a segunda desde o embate com os escolanovistas até traços de alinhamento de problemáticas tratadas no Ensino Fundamental Anos iniciais, se mostrando condizente com as demandas emergentes da educação nacional.

Mesmo sendo uma corrente emergida a muito tempo no período medieval, a escolásticas se mostra ainda presente em diversos traços da formação do ensino brasileiro, sendo adequada ao contexto de época, amoldando conforme valores e ideais demandados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Milton José de. O triunfo da escolástica, a glória da educação. **Educação & Sociedade**. v. 26, n. 90, pp. 17-39. 2005.
- ALMEIDA, Rogério. A educação e a vida intelectual na Primeira Escolástica. **Filosofia e Educação**. V.10. p.264-286. 2018
- AQUINO, Tomas. de. **Textos selecionados** (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- ATENA, Editora. **Classificações de finalidade em pesquisa acadêmica**. Disponível em <www.atenaeditora.com.br/blog/classificacoes-de-finalidade-em-pesquisa-academica/> Acesso em: 25 mai. 2021.
- BARROS, José D'assunção. A escolástica em seu contexto histórico. **Fragments de Cultura**, Goiânia, v.22, n.3, p.231-239, jul./set. 2012.
- BARROS, J. D. O humanismo e suas origens pré-renascentistas. **Historia e**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 250–260, 2021.
- BAGGIO, Marco Aurélio. Os sete pilares da cultura ocidental. **Estud. psicanal.** Belo Horizonte, n. 27, p. 77-86, ago. 2004.
- BAUER, E. J. B. Francisco Suárez (1548-1617): Escolástica após o Humanismo. In: P. R. Blum (Org.). *Filósofos da Renascença*. São Leopoldo: Editora Unisinos (Coleção “Coleção História da Filosofia”, 4), p. 268-287. 2003
- BELL, John Fred. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LEI 9394/96**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CAMPOS, Sávio Laet de Barros. **A Educação segundo Tomás de Aquino**. 2016. Disponível em; <filosofante.org/filosofante/not_arquivos/pdf/Educacao_Tomas_de_Aquino.pdf> Acesso em: 08 jun. 2022.

CAVALCANTE, Tatyana Murer e OLIVEIRA, Terezinha. Intenção educacional da ética de Tomás de Aquino no contexto citadino no século XIII. **Educação em Revista**. v.28, n. 2 pp. 225-256. 2012.

COSTA, Ricardo da. A **retórica na Antiguidade e na Idade Média**. Trans/Form/Ação. 2019, v. 42, n. spe, pp. 353-390. 2019.

CULLETON, Alfredo. **O que é a escolástica e a Escola de Salamanca**. SÃO LEOPOLDO, edição 342, 06 de setembro de 2010.

ESTRADA, Juan C. Torchia. La escolástica colonial en América Latina: algunas observaciones sobre criterios de interpretación. **Revista de Filosofía Latinoamericana y Ciencias Sociales**. N° 9/10 - Enero/Diciembre, 1979.

FERREIRA, A. G. A educação no Portugal barroco: séculos XVI e XVIII. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil 2**. ed., Petrópolis, RJ: Vozes 2005. v. 1 - séculos XVI-XVIII.

FREITAS, Ludmila Gomides. **Princípios Jurídicos na Colonização Ibero Americana: O Debate sobre a Escravidão Indígena**. Congresso internacional de História. 2011.

FREITAS, Ludmila Gomides. Princípios Jurídicos na Colonização do Novo Mundo: O debate sobre a escravidão indígena nas Américas portuguesa e espanhola Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro: vol. 7, no.3, setembro-dezembro, 2015, p. 456-472

GATT, Pablo. A filosofia em prol da religião: o movimento escolástico na idade média central (XI-XIII) **Sapere aude**– Belo Horizonte, v. 11 – n. 22, p. 417-433, Jul./Dez. 2020.

GENNARI, Adilson Marques; OLIVEIRA, Roberson de. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GILSON, E. **A Filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GOMES, Manoel Messias. A filosofia teológica de Tomás de Aquino e sua importância para o processo educativo. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 3, 21 de janeiro de 2020.

GUIMARÃES, Marcia. OLIVEIRA, Terezinha. **Uma análise acerca da educação escolástica no século XIII**. Universidade Estadual de Maringá 08 e 09 de Junho de 2009. Disponível em <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2009/24.pdf> Acesso em: 18 mai. 2022.

HIBBS, T. S. MacIntyre's Postmodern Thomism. **The Thomist**, n. 57, p. 277-287. 1993.

HIRSCHBERGER, Johannes. **História da filosofia contemporânea**. São Paulo: Herder, 1963.

HORKHEIMER, M. Sociedad **em transición: estudios de Filosofía social**. Trad. Espannholade Joan Godo Costa. Barcelona: Península, 1976.

ITAU CULTURAL. **Artes Liberais**. In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura 12

JUNGES, Márcia; CULLETON, Alfredo. Os “velhos escolásticos” continuam presentes. In: *IHU On-Line*, **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 03 de dezembro de 2010, Ano X, n. 342, p. 6-10. 2010.

JUNGES, Márcia. CULLETON, Alfredo. **O ser humano repensado pela escolástica**. Edição 342 | 06 setembro – 2010.

GHIRALDELLI, Paulo Júnior. **Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula**. 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

LE GOFF, Jacques, 1924 **História e memória**; tradução Bernardo Leitão [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

GONCALVES, Maria Dativa de Salles. História das ideias pedagógicas no Brasil (Col. Memória da Educação). **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 136, Apr. 2009.

MAIA, Alberto Filho Maciel. Segunda escolástica portuguesa, empirismo mitigado e a educação luso-brasileira. In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13; ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3.; **Simpósio Nacional De Estudos Culturais E Geoeducacionais** - SINECGEO, 3., 25 a 27 set. 2014, Fortaleza (CE). Anais... Fortaleza (CE), 2014.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v.32, n. 3, Dez. 2006.

MARÍAS, J. **História da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

MARINHO, Cristiane Maria. De Deus à Diferença trajetória das matrizes filosóficas na educação brasileira. **Filosofia e Educação** – ISSN 1984-9605 – v. 4, nº 1, abril-setembro de 2012.

MARTINS, Silvio. **Tomás de Aquino**: o poder como expressão da vontade de Deus. Disponível em: <www.studocu.com/row/document/universidade-maputo/direito-empresarial/113-492-1-pb-manual-de-direito/15137027> Acesso em: 09 de maio de 2022.

MELO, Gabriel Estruzani Queiróz de. A Influência da Filosofia Escolástica na Formação do Pensamento Econômico MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics, vol. 7, núm. 2, pp. 451-481, 2019.

NETO, Alexandre Shigunov. MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro**: algumas discussões. Educar, Curitiba, n. 31, UFPR. p. 169-189, 2008.

NOVO, Benigno Núñez. **A Escola de Salamanca e a sua herança humanista - Universidade de Salamanca**. Disponível <jus.com.br/artigos/91023> Aceso em: 10 de maio de 2022

OLIVEIRA, T. **Escolástica**. São Paulo: Editora Mandruvá, 2005.

OLIVEIRA, Terezinha. Poder e escolástica no Ocidente Medieval. **Dimensões**, vol. 25, p. 266-285. 2010.

OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de Direito subjetivo - base escolástica dos direitos humanos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 14, n. 41. pp. 31-43. 1999.

OLIVEIRA. Teresinha. Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.113-129, Jan/Jun 2007.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo de. **Sobre algumas interpretações das relações entre a filosofia ockhamiana e a física dos modernos**. Trans/Form/Ação. v. 34, n. 3. pp. 69-88. 2011.

PAGNI, P. A. **Do manifesto de 1932 à construção de um saber pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

PAIM, Antonio. **História das Ideias Filosóficas no Brasil**. São Paulo: Editora Convívio, Instituto Nacional do Livro, 1984.

PAIVA, Wilson Alves de. o legado dos jesuítas na educação brasileira. **Educação em Revista**, v. 31, n. 4, UFMG – 2015

PANOFSKY, Erwin. **Arquitetura gótica e escolástica**. São Paulo: M. Fontes, 1991. [Original: 1951]

PEREIRA, Antônio Celso Alves. **Os teólogos ibéricos da segunda escolástica e a fundação da economia moderna**. RFD - Revista da Faculdade de Direito da UERJ - RIO DE JANEIRO, N. 34, DEZ. 2018.

PICH, Roberto Hofmeister. **Recepção e desenvolvimento da Escolástica Barroca na América Latina, séculos 16-18: notas sobre a contribuição de Walter Bernard Redmond**. Recepção e desenvolvimento da Escolástica Barroca na América Latina, séculos 16-18. **Scripta**. Vol. 4, Nº 2, 2011.

RAMALHETE, Carlos. **A doutrina revelada sobre a graça**. Disponível em: <www.catolicoporque.com.br/index.php/colaboradores/carlos-ramalhete/artigos-cr/2676-graca-doutrina-revelada-sobre-a-graca> Acesso em 19-03-2022

REALE, M. **Filosofia em São Paulo**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1959.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. 143 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá. 1998.

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. **A escolástica barroca jesuítica no ensino da Filosofia no Brasil Colonial**. Disponível <www.teseopress.com/jesuitas/chapter/a-escolastica-barroca-jesuitica-no-ensino-da-filosofia-no-brasil-colonial/#footnote-21-1> Aceso em: 10 de maio de 2022.

ROSSI, P., **A ciência e a filosofia dos modernos**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1992.

SANTANA, Esther. **Lógica Aristotélica** Disponível <www.educamaisbrasil.com.br/enem/filosofia/logica-aristotelica> Aceso em: 10 de maio de 2022.

SANTIN, Rafael Henrique. OLIVEIRA, Terezinha. **O método escolástico em Tomás de Aquino: um estudo no campo da história da educação**. 2008. Disponível <<https://slidex.tips/download/o-metodo-escolastico-em-tomas-de-aquino-um-estudo-no-campo-da-historia-da-educaa>> Aceso em: 10 de maio de 2022.

SANTOS, Ivanaldo Oliveira dos. Atualidade da obra de Tomás de Aquino. **AQUINATE**, n. 29, 23-32, 2016.

SANTOS, Ivanaldo Oliveira dos. A relação entre o neotomismo e o tomismo analítico. **Ágora Filosófica**. Ano 10 • n. 1 • jan./jun. 2010.

SANTOS, Evaniel Brás dos. A noção de educação para a mestria filosófica na patrística e escolástica. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v.32, n.65, p.695-724, mai./ago. 2018.

SANTOS, Ivanaldo Oliveira. Tomás de Aquino e o século XIII. **Ágora filosófica**. Ano 17 • n. 1 • jan./jun. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SHIGUNOV NETO, Alexandre e MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 169-189, **Editora UFPR**. 2008.

SILVA, marcos Roberto Leite da. **Educação em Leonardo Vanacker: uma aproximação entre católicos e escolanovistas nos anos**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Marília – 2004.

SILVA, Lucas Duarte. A escola de Salamanca: entre o medievo e a modernidade **Seara Filosófica**. N. 6, INVERNO, pp.76-84. 2013.

SILVA, Francisco Denísio Muniz da. **Filosofia e colonização, uma relação que ultrapassa o jogo dos reconhecimentos**. Dissertação apresentada ao Mestrado em Filosofia da Universidade de Brasília. 2007.

SOTO, Jesús. **As raízes escolásticas da Escola Austríaca e o problema com Adam Smith**, 2010. Disponível em: <www.mises.org.br/ArticlePrint.aspx?id=688>. Acesso em: 25 mai. 2022.

SOUSA e SILVA, Vicente Eduardo. Da patrística a escolástica. **Rev. de Letras**, Fortaleza, 13 (1/2) - jan./dez. 1988.

TARGA, Dante Carvalho. Leibniz e a retomada das formas substanciais. **PERI** • v. 01. n. 01. p. 1-10. 2009.

TOMÁS DE AQUINO, São. **Sobre o ensino (De Magistro) e os sete pecados capitais** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TEIXEIRA, Cláudia Moraes. **O método de ensino na Universidade Medieval e na atualidade, uma proposta de aproximações sem oposições**: os casos Pedro Abelardo, Tomás de Aquino e Paulo Freire / Monografia – Universidade Federal

Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Filosofia, 2016.

TEIXEIRA SOARES, Álvaro. **O Marquês de Pombal**. Brasília: Editora da UnB, 1961.

TOURINHO, Francisco das Chagas. **Escolasticismo Reformado: ascensão, declínio e suas características**. Disponível em < <https://teologiabrasileira.com.br/escolasticismo-reformado-ascensao-declinio-e-suas-caracteristicas/>> Acesso em: 25 mai. 2022.

VANTI, N. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

VERGER, Jacques. **Homens e Saber na Idade Média**. Bauru: Educ, 1999.

VILANOVA, Evangelista. **História de la Teologia Cristiana**. De los orígenes al siglo XV, I. Barcelona: Herder, 1987.

WILLEM J. VAN ASSELT. PIETER L. ROUWENDAL. **O que é Escolasticismo Reformado?** Disponível em www.seminariojmc.br/index.php/2018/01/02/o-que-e-escolasticismo-reformado-2/> Acesso em: 25 mai. 2022.

ZILLES, Urbano. **Fé e Razão no pensamento Medieval**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1996.

ZINCONE, S. Verbete Bento de Núrsia. In: **Dicionário patrísticos e de antiguidades cristãs**. organizado por Ângelo Di Bernardino. Ed Vozes/Paulus, Petrópolis, 2002.